

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Identificação

Área de Avaliação: INTERDISCIPLINAR

Coordenador de Área: Pedro Geraldo Pascutti (UFRJ)

Coordenador-Adjunto de Área: Adelaide Faljoni-Alario (UFABC)

Coordenador-Adjunto do Mestrado Profissional: Eduardo Winter (INPI)

Coordenador-Adjunto da Câmara I: João Estáquio de Lima (UFV)

Coordenadora-Adjunta da Câmara II: Andrea Vieira Zanella (UFSC)

Coordenador-Adjunto da Câmara III: Augusto César Noronha Rodrigues Galeão (LNCC)

Coordenador-Adjunto da Câmara IV: Márcio Francisco Colombo (UNESP)

I. Considerações gerais sobre o estágio atual da Área

I.1 – HISTÓRICO DA ÁREA

A Área Multidisciplinar, criada em 1999, passou a ser designada Área Interdisciplinar em 2008, compondo a Grande Área Multidisciplinar.

Desde sua criação em 1999, a Área Interdisciplinar vem apresentando a maior taxa de crescimento na CAPES. Isto decorre provavelmente de dois fatores até certo ponto independentes, mas de atuação concomitante. Em primeiro lugar, a existência da Área propiciou e induziu a proposição, na Pós-graduação brasileira, de cursos em áreas inovadoras e interdisciplinares, acompanhando a tendência mundial de aumento de grupos de pesquisa e programas acadêmicos com foco em questões complexas. Em segundo lugar, a Área Interdisciplinar serviu de abrigo para propostas de novos cursos de universidades mais jovens ou distantes dos grandes centros urbanos, com estruturas de Pós-graduação em fase de formação e consolidação. Esta atuação deve ser entendida como importante para o sistema de Pós-graduação nacional, na medida em que serve como elo de entrada de um número expressivo de universidades em atividades de pesquisa e ensino pós-graduado, contribuindo para o aprimoramento de seu corpo docente e oferecendo oportunidades de formação avançada em recursos humanos nas várias regiões do território nacional.

Em função do expressivo número de cursos abrigados pela Área Interdisciplinar, buscou-se organizar suas atividades de maneira a responder ao desafio imposto pelo seu porte, ao mesmo tempo em que se preservava a qualidade das avaliações. A solução encontrada, em 2006, que de certo modo consolidou a prática de organização dos trabalhos que vinha ocorrendo desde 2004, foi a criação de quatro Câmaras Temáticas: Câmara I - Meio Ambiente & Agrárias; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas. Recentemente, com o

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

desmembramento da Câmara I para a constituição de uma área específica (Ciências Ambientais – CiAmb), a Área foi reestruturada, apresentando atualmente a seguinte composição: Câmara I - Desenvolvimento & Políticas Públicas; Câmara II - Sociais & Humanidades; Câmara III - Engenharia, Tecnologia & Gestão; e Câmara IV - Saúde & Biológicas.

Ao longo de sua existência, a Área realizou quatro avaliações trienais: em 2001, 2004, 2007 e 2010 (referentes aos triênios 1998-2000; 2001-2003; 2004-2006; 2007-2009, respectivamente). O Relatório da Avaliação Trienal referente aos anos base 2007-2009, disponível na página da CAPES, possibilita uma visão abrangente, detalhada e transparente do processo adotado pela Área.

A Área Interdisciplinar instituiu desde 2004 as Reuniões de Acompanhamento com os coordenadores dos programas, que receberam o nome de ReCoPI - Reunião de Coordenadores de Programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar. Nas edições destas Reuniões de Acompanhamento foi empregada a dinâmica semelhante àquela utilizada pela Área em suas atividades de avaliação, com reuniões no âmbito das Câmaras Temáticas e reuniões plenárias envolvendo todos os participantes. As ReCoPIs têm contribuído com o aprimoramento dos critérios de avaliação apresentados neste documento e consistem em oportunidade para o debate sobre a Pós-graduação e a Área Interdisciplinar. As Câmaras têm incorporado, na medida do possível, as sugestões provenientes das discussões nas ReCoPIs.

Estas reuniões de acompanhamento têm contribuído para a interação entre coordenadores de programas, gerando assim uma relação salutar entre os pares. As reuniões setoriais e grupos de trabalho levam a intercâmbios frutíferos. Pode-se atribuir a estas interações a criação de associações/entidades. Uma vez que a Área concentra o maior número de Mestrados Profissionais (MPs), as ReCoPIs tem servido de importante ambiente de discussão dessa modalidade e contribuiu para a nucleação de encontros de Mestrados Profissionais.

I.1.1 - COMPOSIÇÃO DA COORDENAÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

Na tabela abaixo são apresentados os coordenadores da Área Interdisciplinar e respectivos períodos de gestão:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Coordenador	Instituição	Período
Luiz Bevilacqua	LNCC/MCT	1999-2003
Cláudio Sampaio	UNIFESP	2003-2004
Cláudio Habert	COPPE/UFRJ	2004-2005
Carlos Nobre	CPTEC/INPE	2005-2008
Arlindo Philippi Jr.	USP	2008-2011
Pedro Pascutti	UFRJ	2011-

Com a constituição das Câmaras Temáticas, em 2006, foram designados presidentes para cada uma delas. Para o período 2006-2007, as câmaras foram coordenadas por:

Câmara Temática	Presidente	Instituição
I: Meio Ambiente & Agrárias	Waldir Mantovani	USP
II: Sociais & Humanidades	Daniel Hogan	UNICAMP
III: Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC
IV: Saúde & Biológicas	Pedro Pascutti	UFRJ

No período 2008-2010, a composição da Coordenação de Área Interdisciplinar e respectivas Câmaras foi assim constituída:

Coordenador de Área	Instituição	Adjunto	Instituição
Arlindo Philippi Jr.	USP	Pedro G. Pascutti	UFRJ

Câmara Temática	Presidente	Instituição	Adjunto	Instituição
I Meio Ambiente & Agrárias	Maria do Carmo Sobral	UFPE	João E. de Lima	UFV
II Sociais & Humanidades	Margarete Axt / Edmilson Lopes	UFRGS	André T. Furtado/ Andrea V. Zanella	UNICAMP
II Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC	Antônio J. Silva Neto	UERJ
IV Saúde & Biológicas	Márcio F. Colombo/ Sônia Nair Bão	UNESP / UnB	Sônia Nair Bão/ Márcio F. Colombo	UnB / UNESP

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

No período 2011-2013, a composição da Coordenação de Área Interdisciplinar e das Câmaras está assim estabelecida:

Coordenador de Área	Instituição	Coordenadora-adjunta da Área	Instituição	Coordenador-adjunto do Mestrado Profissional	Instituição
Pedro G. Pascutti	UFRJ	Adelaide Faljoni-Alario	UFABC	Eduardo Winter	INPI

Câmara Temática	Coordenador(a)_ Adjunto(a) de Câmara	Instituição	Adjunto	Instituição
I Desenvolvimento & Políticas Públicas	João Eustáquio de Lima	UFV	Ivan Targino Moreira	UFPB
II Sociais & Humanidades	Andrea Vieira Zanella	UFSC	Antonio Carlos dos Santos	UFS
III Engenharia, Tecnologia & Gestão	Augusto Galeão	LNCC	Antônio J. Silva Neto	UERJ
IV Saúde & Biológicas	Márcio F. Colombo	UNESP	Luiz Armando Demarco	UFMG

I.I.II – EVOLUÇÃO DA ÁREA DE AVALIAÇÃO

No triênio (2010-2012), com o desmembramento da Câmara I da Área Interdisciplinar para a constituição de uma área específica, Ciências Ambientais, a Área Interdisciplinar foi reestruturada. como em anos anteriores quando tivemos a criação de Materiais e Biotecnologia, que em parte absorveram programas da Área Interdisciplinar. Em 2010, a criação da Área de Ciências Ambientais foi concomitante à criação das Área de Nutrição, Área de Biodiversidade a partir da Área de Ecologia e Meio Ambiente e Área de Ensino a partir da Área de Ensino de Ciências e Matemática.

Em virtude das características dos programas que permaneceram na Área Interdisciplinar e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dos aprovados em 2011 e 2012, foi realizada a reorganização da Área e redistribuição dos programas pelas quatro câmaras, de forma que a Câmara I passou a ser denominada Desenvolvimento & Políticas Públicas. Essa reorganização consistiu em resposta de caráter organizacional para facilitar o acompanhamento e a avaliação de significativo número de programas de Pós-graduação com expressiva diversidade.

A evolução quantitativa da Área Interdisciplinar, em termos de número de cursos e de número de novos cursos credenciados pela CAPES na Área, é apresentada nas Figuras 1 e 2, respectivamente.

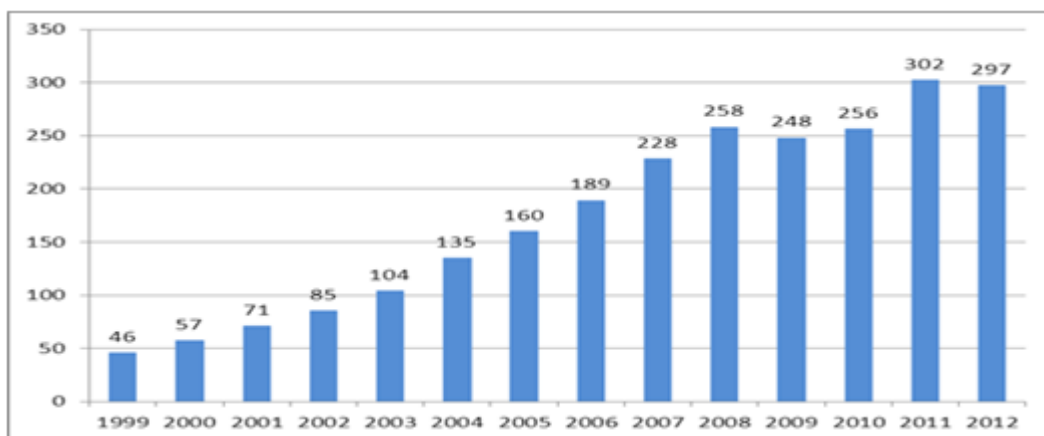


Figura 1 – Evolução anual¹ do número de cursos de Pós-graduação, mestrados e doutorados da Área Interdisciplinar aprovados pela CAPES.

Nota: (1) A relativa redução dos cursos em 2009 e 2010 deveu-se à migração de 47 cursos para a Área de Ciências Ambientais, bem como à desativação de 20 cursos durante o triênio.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

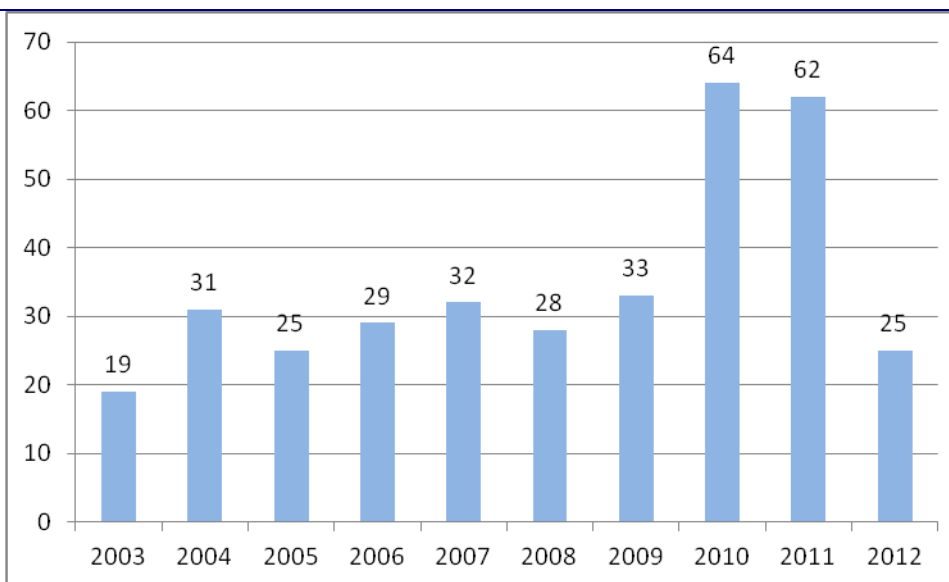


Figura 2 – Evolução anual do número de novos PPGs aprovados na Área Interdisciplinar

Na Figura 3 é apresentada a distribuição dos cursos de Pós-graduação da Área Interdisciplinar no final de 2012, por Câmara Temática, e na Figura 4, por nota. As informações apresentadas são relativas à Avaliação Trienal 2010, refletindo os resultados do período 2007-2009.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013



Figura 3 - Distribuição dos Cursos de Pós-graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES, por Câmara Temática (2012).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

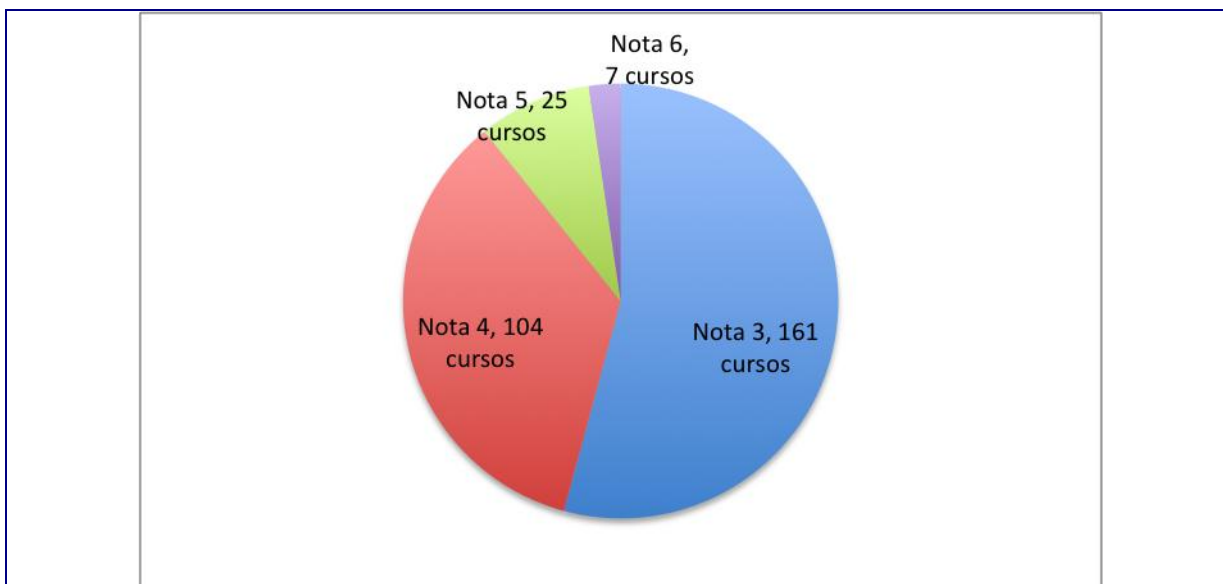


Figura 4 - Distribuição, por nota, dos Cursos de Pós-graduação da Área Interdisciplinar recomendados pela CAPES (2012).

Nas Figuras 5 e 6 é apresentada a distribuição das notas na Área, nos triênios 2004-2006 e 2007-2009, para os Programas acadêmicos e profissionais. Nesses gráficos os cursos de mestrado e doutorado pertencentes a um mesmo programa são contados somente uma vez.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

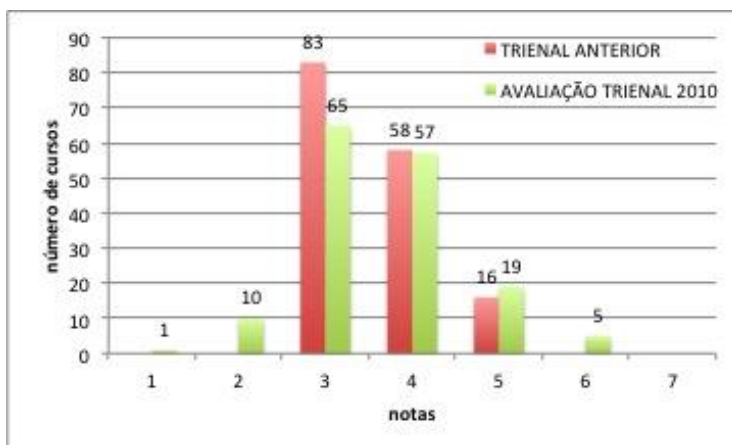


Figura 5 - Distribuição das notas dos programas acadêmicos na Avaliação Trienal 2010 e na anterior.

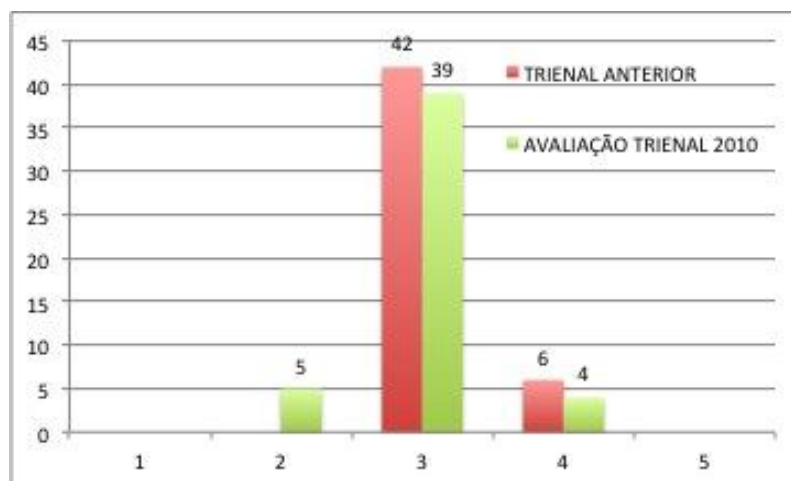


Figura 6 - Distribuição das notas dos programas profissionais na Avaliação Trienal 2010 e na anterior.

Na Figura 7 é apresentada a evolução da distribuição dos programas da Área. Em 2012 a Área passou a ter programas em todos os Estados da Federação. O número de programas aumentou, mas a distribuição percentual por Região teve pouca variação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

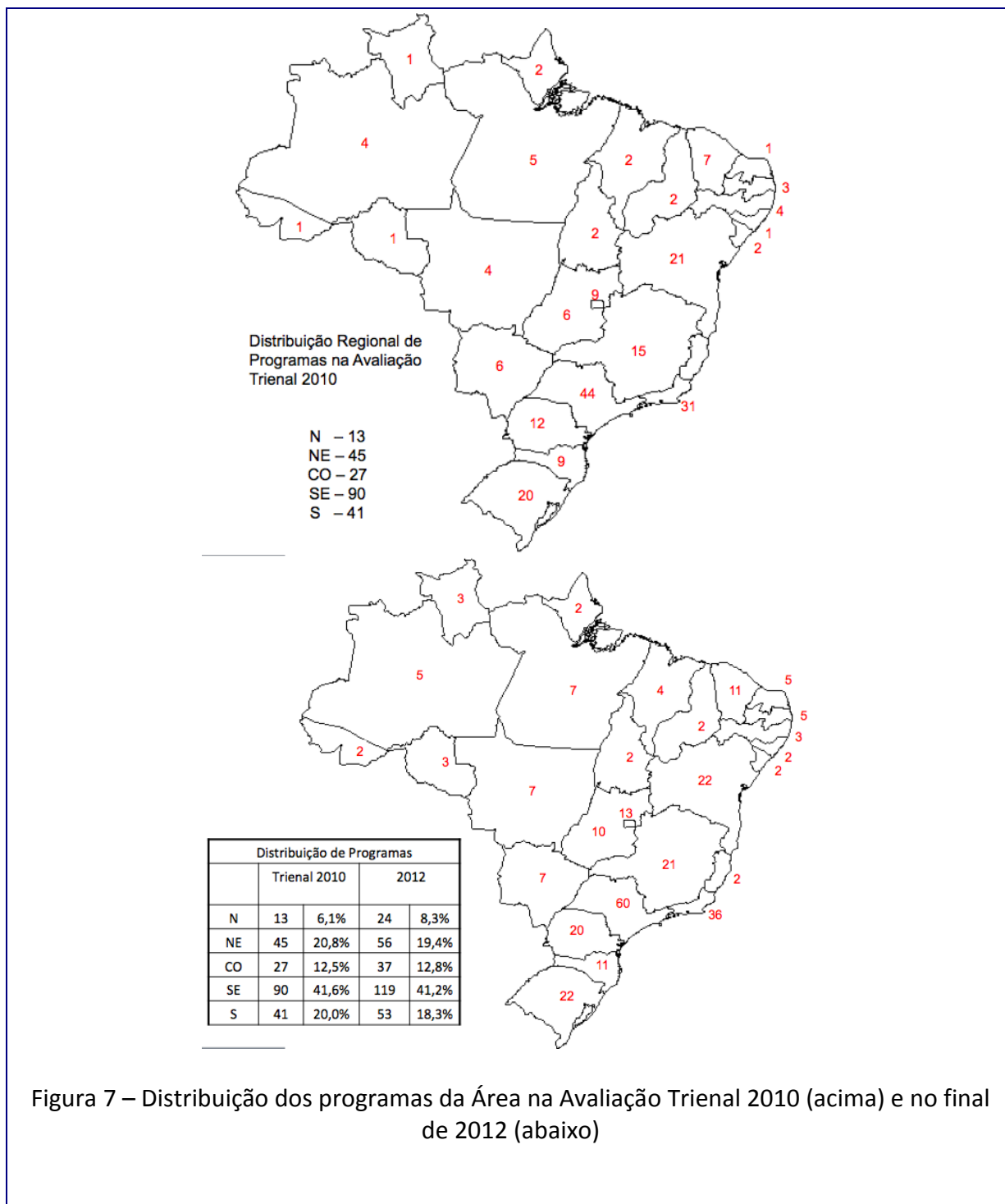


Figura 7 – Distribuição dos programas da Área na Avaliação Trienal 2010 (acima) e no final de 2012 (abaixo)

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

I.II - INTERDISCIPLINARIDADE

A importância da introdução de uma área Interdisciplinar no contexto da Pós-graduação, em 2008, decorreu da necessidade de se dar conta de novos problemas que emergem no mundo contemporâneo, de diferentes naturezas e com variados níveis de complexidade, muitas vezes decorrentes do próprio avanço dos conhecimentos científicos e tecnológicos.

A natureza complexa de tais problemas requer diálogos não só entre disciplinas próximas, dentro da mesma área do conhecimento, mas entre disciplinas de áreas diferentes, bem como entre saberes disciplinar e não disciplinar. Daí a relevância de novas formas de produção de conhecimento e formação de recursos humanos, que assumam como objeto de investigação fenômenos que se colocam entre fronteiras disciplinares. Diante disso, desafios teóricos e metodológicos se apresentam para diferentes campos de saber.

Novas formas de produção de conhecimento enriquecem e ampliam o campo das ciências pela exigência da incorporação de uma racionalidade mais ampla, que extrapola o pensamento estritamente disciplinar e sua metodologia de compartimentação e redução de objetos. Se o pensamento disciplinar, por um lado, confere avanços à ciência e tecnologia, por outro, os desdobramentos oriundos dos diversos campos do conhecimento são geradores de diferentes níveis de complexidade e requerem diálogos mais amplos, entre e além das disciplinas.

Nos últimos anos a CAPES tem envidado esforços para a difusão, entre todas as Coordenações de Área, dos princípios e metodologias da Área Interdisciplinar e da necessidade da abertura das demais Áreas para que abriguem programas interdisciplinares em suas interfaces. Estas discussões permearam algumas reuniões do Conselho Técnico Científico da Educação Superior nos últimos anos, enfatizando sempre estes novos paradigmas de geração de conhecimento e formação de recursos humanos. Nesta mesma linha a CAPES promoveu em sua sede, no período de 27 a 29 de novembro de 2012, o evento “Encontro Acadêmico Internacional: Interdisciplinaridade e Transdisciplinaridade no Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação, Ambiente e Saúde”. Para este evento foram convidados todos os Coordenadores de Áreas da CAPES, Pró-Reitorias de Pós-graduação e Coordenadores de programas de Pós-graduação.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

I.III – A INTERDISCIPLINARIDADE COMO DESAFIO PARA O AVANÇO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Na medida em que os pensamentos disciplinar, pluri, multi e interdisciplinar, antes de se oporem, constituem-se em formas diferenciadas e complementares de geração de conhecimentos, o desafio que se apresenta, do ponto de vista epistemológico, é o de identificar características e âmbitos de atuação de cada uma dessas modalidades de geração de conhecimento nas diferentes áreas, assim como as suas possibilidades e limites.

A multidisciplinaridade representa um avanço no tratamento de um dado problema de investigação complexo porque pressupõe a interlocução de várias perspectivas teórico-metodológicas. Entende-se por Multidisciplinar o estudo que agrega diferentes áreas do conhecimento em torno de um ou mais temas, no qual cada área ainda preserva sua metodologia e independência.

A interdisciplinaridade, por sua vez, pressupõe uma forma de produção do conhecimento que implica trocas teóricas e metodológicas, geração de novos conceitos e metodologias e graus crescentes de intersubjetividade, visando a atender a natureza múltipla de fenômenos complexos. Entende-se por Interdisciplinaridade a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, não pertencentes à mesma classe, que contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, transfira métodos de uma área para outra, gerando novos conhecimentos ou disciplinas e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

De uma proposta de Programa de Pós-graduação Interdisciplinar espera-se que o produto final, em geração de conhecimento e qualidade de recursos humanos formados, seja qualitativamente superior às contribuições individuais das partes envolvidas. Assim, a Área Interdisciplinar tem por perspectiva permitir que as propostas de programas encontrem espaço para avançar no sentido de fazer frente aos desafios contemporâneos.

No âmbito da interdisciplinaridade apresentam-se grandes embates epistemológicos, teóricos e metodológicos. Daí seu papel estratégico no sentido de estabelecer a relação entre saberes, propor o encontro entre o teórico e o prático, entre o filosófico e o científico, entre ciência e tecnologia, entre ciência e arte, apresentando-se, assim, como um conhecimento que responde aos desafios do saber complexo.

Nesse contexto, a interdisciplinaridade se caracteriza como espaço privilegiado, em virtude de sua própria natureza transversal indicada em seu prefixo, para avançar além das fronteiras disciplinares, articulando, transpondo e gerando conceitos, teorias e métodos, ultrapassando os limites do conhecimento disciplinar e dele se distinguindo, por estabelecer

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pontes entre diferentes níveis de realidade, lógicas e formas de produção do conhecimento. Assim, torna-se fundamental o diálogo da Área Interdisciplinar com as demais Áreas, bem como no próprio interior da Área Interdisciplinar.

I.IV - DESAFIOS PARA OS PROGRAMAS DA ÁREA INTERDISCIPLINAR

Os princípios aqui esboçados representam um convite para o exercício de um pensamento complexo e interdisciplinar, pautado por uma racionalidade mais ampla. A adoção desses princípios na formação de recursos humanos via práticas de pesquisa, ensino e extensão apresentam vários desafios a docentes e discentes da Área Interdisciplinar, alguns dos quais serão aqui destacados:

- Promover a abertura para o enfrentamento de novas perspectivas teórico-metodológicas de pesquisa, ensino e inovação.
- Atender aos desafios epistemológicos que a inovação teórica e metodológica apresenta às pesquisas e ao ensino interdisciplinares, o que requer diálogos cada vez mais estreitos entre disciplinas de diferentes áreas do conhecimento e das áreas entre si, assim como destas com as filosofias das ciências, em suas diferentes vertentes.
- Promover a incorporação de metodologias interdisciplinares nos projetos de pesquisa dos docentes e discentes.
- Reconhecer que diferentes concepções podem ser adotadas nas pesquisas e no ensino interdisciplinar, pois é possível construir significados distintos, valorizando e reconhecendo a diversidade que a área comporta.
- Aprofundar as características definidoras dos conceitos de pluri, multi e interdisciplinaridade, seus diferentes contextos teórico-metodológicos tendo em vista suas relações e diferenciações, possibilidades e limites, a fim de melhor embasar as definições de propostas de ensino e pesquisa, suas linhas inovadoras, assim como as avaliações dos diferentes programas da Área Interdisciplinar.
- Identificar canais para a intensificação do diálogo inter e intra câmaras da Área Interdisciplinar, para as trocas de experiências entre os programas e a divulgação do conhecimento interdisciplinar gerado.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Tendo em vista que um dos maiores desafios deste século é o da (re)ligação de saberes, abre-se na Área Interdisciplinar um espaço de inovação da organização do ensino da Pós-graduação e da pesquisa, espaço esse que induz a formação interdisciplinar e humanista dos alunos, docentes e pesquisadores. Essa formação volta-se para o desenvolvimento e adoção de atitude interdisciplinar em suas diferentes práticas de ensino, pesquisa e extensão, incluindo-se aí a necessária inserção social da produção científica e tecnológica gerada.

I.V - ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

A Área incentiva os Programas Acadêmicos a promoverem ações junto ao Ensino Fundamental e Médio no âmbito local, regional e nacional, e a disponibilizar material didático e de divulgação científica na página do programa na internet, explicitando isso no Quesito 5, Inserção Social, da Ficha de Avaliação. São valorizadas a promoção de feiras de ciência, orientação de estágios júnior, visitas guiadas às instalações do programa e apresentações de palestras a alunos da Educação Básica. A Área valoriza a descrição das linhas de atuação do Programa em linguagem acessível a estudantes da Educação Básica e à comunidade não acadêmica.

I.VI A ÁREA INTERDISCIPLINAR FRENTE AO PROGRAMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO (PNPG 2011-2020)

No documento original e publicação oficial do PNPG é enfatizado que "outros modelos e metodologias, entre essas, a interdisciplinaridade, abram novas possibilidades de abordagens objetivando o atendimento aos assuntos estratégicos nacionais."

A Área Interdisciplinar em suas premissas vem atendendo e contribuindo para implementação de ações que constam do Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011 – 2020 e a expansão do Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG). A Área Interdisciplinar desde a sua criação é uma das áreas que mais tem recebido propostas de novos programas/cursos de Pós-graduação. A sua taxa de crescimento, que é três vezes maior que a média da CAPES, tem contribuído de forma significativa para expansão da Pós-graduação do país. Vale ressaltar que esse crescimento traz na sua dinâmica a primazia da qualidade, a quebra da endogenia e a atenção à redução das assimetrias.

O crescimento da Área Interdisciplinar tem contribuído para a busca e inserção no sistema de Pós-graduação do país de discussões e sistematização da multi e da interdisciplinaridade

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de forma paulatina e continuada. A área Interdisciplinar tem demandado e participado de discussões que buscam traçar e sistematizar políticas que possam atender às demandas de uma sociedade globalizada na formação de novos profissionais, assim como na geração de conhecimento que atualmente priorizam a interdisciplinaridade.

Dessa forma, a experiência construída ao longo de sua existência tem permitido à Área contribuir de forma significativa na expansão e consolidação do sistema de Pós-graduação nacional. A Área está também atenta à sua contribuição para a construção de mecanismos de apoio à educação básica. Há orientação explícita, no quesito da inserção social dos programas, para o compromisso com a formação de professores, inicial e em serviço, produção de material didático e sua aplicação nas escolas, com avaliação da sua pertinência.

II. Requisitos e orientações para Proposta de Cursos Novos

Dentre os princípios fundamentais da avaliação de cursos está a análise comparativa e a avaliação por pares. Sendo assim, tem-se como orientação, antes do envio de uma proposta de curso de Pós-graduação para a Área Interdisciplinar, averiguar seu possível enquadramento nas demais áreas de avaliação, se:

- Acima de 60% do corpo docente permanente da proposta tem formação ou titulação em áreas disciplinares abrangidas em determinada área de avaliação, diferente da Interdisciplinar.
- Acima de 80% do corpo docente permanente da proposta tem formação ou titulação em uma única Grande Área, diferente da Multidisciplinar;
- A proposta do curso, as áreas de concentração, linhas de pesquisa ou atuação ou a estrutura curricular têm foco em uma área disciplinar ou em áreas disciplinares próximas.

Quando pertinente, verificar na página web da CAPES, em Avaliação/Áreas, orientações e limites para formatação de propostas com perfil interdisciplinar ou multidisciplinar nas demais áreas de avaliação. De acordo com a Portaria CAPES nº 193/2011, cabe à Diretoria de Avaliação estabelecer o enquadramento final de cada proposta em uma das áreas de avaliação. Portanto, a submissão de propostas à Área Interdisciplinar não estabelece

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

nenhum vínculo que a avaliação se dará obrigatoriamente na mesma.

A Área tem critérios diferenciados para submissão de propostas de novos programas acadêmicos em relação à proposta de mestrados profissionais. No item II.I são descritos os critérios para proposta de mestrado acadêmico e doutorado e no item II.II os critérios para proposta de mestrado profissional .

II.I CRITÉRIOS PARA PROPOSTAS DE MESTRADOS ACADÊMICOS E DOUTORADOS

Uma proposta de novo programa com os cursos de mestrado e doutorado pode ter somente o mestrado recomendado, caso só atenda os requisitos para a aprovação deste.

Programas com o mestrado já em andamento e que estejam apresentando proposta de doutorado podem fazer rearranjos na proposta, nas áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, grade curricular e no corpo docente no sentido de melhorar e fortalecer o programa. Porém, em caso de aprovação do doutorado, tais modificações devem ser implantadas também no mestrado para manter a unidade do programa, pois na Avaliação Trienal será avaliado o conjunto e não os cursos em separado. O mesmo é válido para programas que possuem somente o doutorado e estejam apresentado proposta do mestrado.

Caso o doutorado não seja aprovado e pretenda-se implantar a reestruturação do mestrado, é necessário solicitar concordância da CAPES via ofício à Diretoria de Avaliação, listando as modificações com as devidas justificativas. Em caso de aprovação do doutorado ou aprovação da reestruturação do mestrado pela CAPES, as modificações deverão ser listadas no relatório anual, para maior clareza no processo da Avaliação Trienal.

II.I.a – PROPOSTA DO PROGRAMA

Em linhas gerais, um programa de Pós-graduação na Área Interdisciplinar deve conter proposta integradora, com poucas áreas de concentração, objetivos focalizados, linhas de pesquisa e projetos igualmente integradores, visando formar mestres e doutores com perfis inovadores, deve gerar produtos resultados da convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, promover o desenvolvimento e a inserção social.

A estrutura curricular deve ser sólida e integradora, apropriada à formação de mestres e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

doutores, ser constituída por conjunto de disciplinas coerente com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de pesquisa ou atuação fundamentadas.

A instituição proponente deve assumir compromissos formais anexando à proposta documentos, como:

- portaria de aprovação institucional do curso, ou documento equivalente, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa, ou as atividades do MP conforme o caso, e atividades de ensino e orientação na Pós-graduação *stricto sensu*, e da disponibilização e manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta;
- Regimento Interno do programa, contendo, entre outras, as informações referentes a critérios de credenciamento e credenciamento de docentes orientadores, critérios para abertura de vagas para ingresso, periodicidade, critérios do processo seletivo, créditos necessários e critérios de concessão de bolsas;
- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver envolvimento das mesmas.

Constitui um conjunto importante para a análise da proposta os seguintes itens:

- definição dos objetivos centrais do programa explicitando as temáticas que conduzem a proposta, como estas se contextualizam no âmbito da Área Interdisciplinar e qual a sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob as óticas do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;
- definição do perfil esperado para o egresso e expectativas para sua inserção no mercado de trabalho com a titulação no programa;
- definição do número de vagas oferecidas e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para o egresso;
- articulação coerente dos objetivos do programa com suas áreas de concentração, e destas com as linhas de pesquisa e projetos, que dão sustentação ao desenvolvimento das teses,

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

dissertações, publicações, geração de produtos e à esperada formação do egresso;

- definição dos projetos, que devem estar vinculados à temática interdisciplinar do programa proposto, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por docentes e estudantes de pós-graduação e de graduação, quando pertinente, com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades de pesquisa;

- articulação da estrutura curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de pesquisa ou atuação, de maneira a possibilitar uma sólida formação e capacitação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;

- apresentação dos planos das disciplinas contendo ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático, referências bibliográficas essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas como as suas atualizações;

- análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente, a infraestrutura e o apoio institucional existentes.

II.I.b - CORPO DOCENTE

A proposta de um programa na Área Interdisciplinar deve contar com corpo docente disposto a ampliar as fronteiras do conhecimento, desenvolver tecnologia e promover inovação, que tenha experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades, com formação disciplinar diversificada, porém coerente com as áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa, que possa contribuir para ampliar a base do conhecimento fora de suas áreas de especialização, visando aprofundar processos de cooperação produtivos.

O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível com as atividades diretamente relacionadas ao programa, levando-se em consideração o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares, de orientação e de pesquisa nas correspondentes áreas de concentração.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Para a proposta de programa com doutorado espera-se maior experiência do corpo docente permanente em relação à proposta de programa somente com mestrado. Recomenda-se que o corpo docente permanente, em média, tenha maior tempo de titulação no doutorado, maior experiência em orientação no mestrado e doutorado, na coordenação de projetos de médio ou grande porte, maior trajetória de pesquisa e maior produção qualificada nas linhas da proposta, maior capacidade de atração de recursos para pesquisa e de estabelecer intercâmbios e colaborações nacionais e internacionais.

Assim, constitui um conjunto importante de recomendações e indicadores neste item:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores;
- o corpo docente permanente do curso deve ser constituído de no mínimo 12 docentes permanentes;
- pelo menos 50% dos docentes permanentes não devem estar comprometidos com outros programas de pós-graduação nessa categoria docente.
- a dimensão do corpo docente permanente deve corresponder preferencialmente ao mínimo de 70% do corpo docente total (soma do número de docentes permanentes mais colaboradores e visitantes);
- quando da participação de docentes externos à instituição no quadro de permanentes, estes não devem superar 30% desse quadro e devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012 da CAPES;
- é recomendado que a maioria dos docentes permanentes tenham contratos em tempo integral (40 hs) com a instituição, que pelo menos 1/3 dessa carga horária seja dedicada às atividades de ensino e orientação do curso e que acima de 50% do tempo de contrato seja dedicado a atividades de pesquisa;
- distribuição equitativa da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente, em cada ano base. Recomenda-se no máximo 8 orientandos de pós-graduação por docente, somando-se todos os orientandos em cursos de Pós-graduação onde o docente atua;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- equilíbrio na composição do corpo docente, considerando-se que os objetivos do curso devam estar contemplados de maneira equânime pela formação de origem e correspondentes titulações dos docentes, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual;
- experiência docente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado ou doutorado;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para a pesquisa. Contribuem para a análise da proposta, informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa, e bolsas obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente para estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa, com agências de governo e empresas nacionais e internacionais, no âmbito dos objetivos do programa;
- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração equilibrada com as atividades de ensino e orientação de Pós-graduação e graduação, quando for pertinente.

II.I.c - ATIVIDADE DE PESQUISA

A atividade de pesquisa na Área caracteriza-se pela prática da interdisciplinaridade, fazendo convergir duas ou mais áreas do conhecimento, buscando a abordagem integral de problemas cuja solução não seria alcançada com enfoque disciplinar. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, gere novos conhecimentos e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

Recomenda-se:

- que o curso tenha núcleo formado por mais de 50% dos docentes permanentes com contratos de 40 horas, sendo cerca de 30 horas dedicadas às atividades de pesquisa e orientação;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- interdisciplinaridade, equilíbrio e integração entre áreas de concentração, linhas de pesquisa do programa, projetos e estrutura curricular;
- distribuição equilibrada do corpo docente pelas áreas de concentração, linhas de pesquisa e projetos;
- docentes de área de formação e titulação diferentes compartilhando projetos e co-orientando alunos, visando promover a interdisciplinaridade do programa;
- participação de alunos de graduação nos projetos, quando aplicável;
- explicitar fontes de fomento dos projetos e o envolvimento, articulação e contrapartidas de instituições, agências de governo ou empresas, quando o caso;
- explicitar a produção esperada e que resulte da convergência de duas ou mais áreas do conhecimento relativas às temáticas do programa;
- explicitar a inserção social esperada das atividades de pesquisa do programa.

II.I.d - PRODUÇÃO INTELECTUAL

Para uma proposta de programa na Área Interdisciplinar, a formação de origem e titulação dos docentes, suas trajetórias de estudo e de pesquisa e a produção, devem contemplar os objetivos do programa. Supõe-se que uma composição original do quadro docente a serviço da formação e pesquisa interdisciplinares deva se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e potencial de formação de recursos humanos preparados para atuar de maneira cooperativa e integradora no âmbito de incidência dos estudos do curso.

Nesse contexto, considera-se um conjunto importante de indicadores:

- a produção intelectual do corpo docente, principalmente do corpo docente permanente deve estar relacionada com a proposta do programa, áreas de concentração e linhas de pesquisa. São considerados para compor a produção do corpo docente permanente, de forma equilibrada e condizente com a natureza do programa e perfil do corpo docente, artigos em periódicos, livros, capítulos, produção técnica e artística relevantes e trabalhos completos em anais de eventos importantes na área de atuação do programa. Recomenda-

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

se, para comparação, a leitura da Ficha de Avaliação dos cursos já em andamento, comentada no item V deste documento, com atenção ao cálculo do índice de produção (INDPROD);

- para proposta de mestrado acadêmico, a produção anual do corpo docente permanente deve corresponder, no mínimo, à média de meio artigo em periódico no estrato A1 da Área ou equivalente, nos últimos 3 anos. Para propostas de doutorado, a produção do corpo docente permanente deve corresponder em média a um artigo em periódico no estrato A1 da Área ou equivalente, por docente permanente por ano nos últimos 3 anos. O sistema QUALIS é um indicador importante, porém somente periódicos relatados nas produções de cursos de Pós-graduação são incluídas no banco de dados. Assim, a avaliação da produção em periódicos tem um componente qualitativo importante;

- considera-se para compor a produção média do corpo docente permanente, a produção equivalente em livros e capítulos, conforme parâmetros definidos no item IV deste documento para este tipo de produção;

- parte da produção média do corpo docente permanente, não mais que 50%, pode ser o equivalente em produção técnica e artística relevantes e trabalhos completos em eventos, conforme parâmetros definidos no item IV deste documento para este tipo de produção;

- produção docente deve ser qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar a evolução e a experiência do grupo.

II.I.e – INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os seguintes aspectos: apoio administrativo, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes.

Deve ser informado o número médio de alunos de graduação e Pós-graduação que utilizam

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

a infraestrutura do curso, incluindo, quando for o caso, a sua utilização por outros cursos de Pós-graduação.

Descrição da infraestrutura de informática, relatando a dimensão do parque de computadores, a forma de acesso à internet, as ferramentas de software, os bancos de dados e portais de periódicos efetivamente disponíveis ao corpo discente para o desenvolvimento das atividades do programa. Deve ser também informado o grau de atualização destas facilidades bem como a política de renovação praticada pela instituição.

Descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários;

Descrição e dimensionamento dos acervos físicos e virtuais da biblioteca, diretamente relacionados às atividades de ensino e pesquisa do programa, informando com destaque o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, e a disponibilidade de acesso aos portais de periódicos e informações em C&T e Humanidades.

II.II – CRITÉRIOS PARA PROPOSTA DE MESTRADOS PROFISSIONAIS

A avaliação de uma proposta de mestrado profissional (MP) é diferenciada em relação ao acadêmico. Considera-se, dentre outros fatores, Produção Intelectual, Inserção Social, produtos e público alvo distintos e específicos dos cursos profissionais. Apesar dessas diferenças, os cursos profissionais são avaliados, igualmente aos cursos acadêmicos na CAPES, como *stricto sensu*. As propostas de MPs devem seguir a Portaria Normativa MEC nº 17/2009 e demais normas da CAPES envolvendo esta modalidade.

Quando o curso é em parceria, os proponentes de MPs devem anexar acordos de cooperação e explicitar as contrapartidas e atividades conjuntas a serem desenvolvidas. Observar que não é prevista a modalidade de Mestrado Profissional em Associação, a não ser quando induzidos pela CAPES. Por parceiros, entende-se outras instituições, empresas, agências de governo e afins, cujos profissionais são o público alvo do curso. Os docentes são da instituição proponente, admitindo-se no quadro permanente a participação de profissionais de destacada importância para o curso, justificando-se na proposta, e docentes cedidos formalmente por outras instituições para participação no MP.

A instituição proponente deve assumir compromissos formais anexando à proposta

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

documentos, como:

- portaria de aprovação institucional do programa, ou documento equivalente, responsabilizando-se por sua implantação através da garantia de um corpo docente permanente estável, com disponibilidade efetiva para desenvolver pesquisa e atividades de ensino e orientação na Pós-graduação *stricto sensu*, e da disponibilização e manutenção da infraestrutura necessária para desenvolvimento das atividades da proposta;
- Regimento Interno do programa, contendo, entre outras, as informações referentes a critérios de credenciamento e credenciamento de docentes orientadores, critérios para abertura de vagas para ingresso, periodicidade, critérios do processo seletivo, créditos necessários e definição dos trabalhos de conclusão;
- Acordos de cooperação entre instituições, com agências de governo ou empresas, quando houver envolvimento das mesmas.

II.II.a – PROPOSTA DO PROGRAMA

Em linhas gerais, um programa de MP na Área Interdisciplinar deve conter proposta integradora, com poucas áreas de concentração, caracterizadas por objetivos focalizados, linhas de atuação e projetos igualmente integradores, deve visar formação e atualização de profissionais conferindo-lhes perfil inovador, gerar produtos que caracterizem a convergência de duas ou mais áreas do conhecimento, promover o desenvolvimento e a inserção social com sua atuação e de seus egressos.

A estrutura curricular deve ser sólida e integradora, apropriada à formação e atualização de profissionais, ser constituída por conjunto de disciplinas coerente com as áreas de concentração, evidenciando a construção de linhas de atuação fundamentadas.

Constitui um conjunto importante para a análise os seguintes itens:

- definição dos objetivos centrais do programa explicitando as temáticas que conduzem a proposta, como estas se contextualizam no âmbito da Área Interdisciplinar e qual a sua relevância e inserção local, regional, nacional e/ou internacional, sob as óticas do desenvolvimento científico, tecnológico, educacional, social, cultural, econômico, e de inovação;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- definição do perfil esperado para o egresso, expectativas para sua inserção no mercado de trabalho e de melhora na atividade profissional com a titulação no programa;
- definição do número de vagas oferecidas e avaliação da demanda regional ou nacional de mercado de trabalho para o profissional a ser titulado no programa;
- definição dos produtos esperados com o desenvolvimento da pesquisa e que constituirão o trabalho de conclusão do programa;
- articulação coerente dos objetivos do programa com suas áreas de concentração, e destas com as linhas de atuação e projetos, que dão sustentação aos temas vinculados ao trabalho final, publicações, geração de produtos e à esperada formação do egresso;
- definição dos projetos que devem estar vinculados à temática interdisciplinar do programa proposto, pressupondo, portanto, uma equipe executora composta por docentes e estudantes de pós-graduação com formação e interesse nas distintas áreas do conhecimento necessárias para a condução das atividades do programa;
- articulação da estrutura curricular composta por um conjunto coerente de disciplinas que deem sustentação às áreas de concentração e respectivas linhas de atuação, de maneira a possibilitar uma sólida formação e capacitação de recursos humanos de alto nível no escopo da proposta;
- apresentação dos planos das disciplinas contendo ementas que reflitam sinteticamente, mas com precisão, seu conteúdo programático, referências bibliográficas essenciais e diretamente pertinentes ao desenvolvimento dos respectivos conteúdos, considerando tanto as bases conceituais e teóricas dos temas como as suas atualizações;
- análise da exequibilidade e do sucesso da implantação da proposta considerando a dimensão, qualificação, dedicação e a composição multidisciplinar do corpo docente, a infraestrutura e o apoio Institucional existentes.

II.II.b – CORPO DOCENTE

A proposta de um MP na Área Interdisciplinar deve contar com corpo docente disposto a aplicar novos conhecimentos, desenvolver tecnologia e promover inovação, que tenha experiência, competência e produtividade nas respectivas especialidades, com formação

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

disciplinar diversificada, porém coerente com as áreas de concentração e linhas de atuação do curso, que possa contribuir para ampliar a base do conhecimento fora de suas áreas de especialização, visando aprofundar processos de cooperação produtivos.

O corpo docente deve ser integrado, de forma equilibrada por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (Portaria Normativa nº 17 de 28 de dezembro de 2009).

O número de docentes do corpo permanente, especialmente daqueles com tempo integral na instituição, deve ser compatível com as atividades diretamente relacionadas ao programa, levando-se em consideração o número de alunos e orientandos previstos, as demandas curriculares, de orientação e de pesquisa ou atuação do curso nas correspondentes áreas de concentração.

Assim, constitui um conjunto importante de recomendações e indicadores neste item:

- definição dos critérios de credenciamento para docentes permanentes e colaboradores;
- o corpo docente permanente do programa deve ser constituído de no mínimo 12 docentes permanentes;
- pelo menos 50% dos docentes permanentes não devem estar comprometidos com outros programas nessa categoria docente;
- a dimensão do corpo docente permanente deve corresponder preferencialmente ao mínimo de 70% do corpo docente total (soma do número de docentes permanentes mais colaboradores e visitantes);
- quando da participação de docentes externos à instituição no quadro de permanentes, estes não devem superar 30% desse quadro e devem ser cedidos formalmente pela instituição de origem, conforme Portaria CAPES nº 2/2012;
- é recomendado que a maioria dos docentes permanentes tenham contratos em tempo integral (40 hs) com a instituição, que pelo menos 1/3 dessa carga horária seja dedicada às atividades de ensino e orientação do programa e que acima de 50% do tempo de contrato seja dedicado a atividades de pesquisa e desenvolvimento;

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- distribuição equitativa da carga horária de ensino, pesquisa e orientação, entre o corpo docente, em cada ano base. Recomenda-se no máximo 8 orientandos de pós-graduação por docente, somando-se todos os orientandos em programas de Pós-graduação onde o docente atua;
- equilíbrio na composição do corpo docente, considerando-se que os objetivos do programa devam estar contemplados de maneira equânime pela formação de origem e correspondentes titulações dos docentes, bem como pelas respectivas trajetórias de estudo e pesquisa, consubstanciadas em sua produção intelectual e vivência profissional;
- experiência docente em orientação de trabalhos de conclusão de curso de graduação, iniciação científica, especialização, mestrado ou doutorado;
- capacidade do corpo docente permanente para obtenção de recursos para a pesquisa e desenvolvimento. Contribuem para a análise da proposta, informações sobre os financiamentos, sobre agências ou fontes de apoio nos projetos de pesquisa e desenvolvimento, e bolsas obtidos nos últimos 3 anos;
- capacidade do corpo docente permanente para estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa, com agências de governo e empresas nacionais e internacionais, no âmbito dos objetivos do programa;
- capacidade do corpo docente permanente em desenvolver atividades ligadas à difusão científica e cultural junto ao grande público;
- integração equilibrada com as atividades de ensino e orientação da graduação e Pós-graduação, quando o caso.

II.II.c – ATIVIDADE DE PESQUISA

A atividade de pesquisa em um MP deve contribuir para atender as definições e objetivos para esta modalidade explicitados na Portaria Normativa MEC nº 17/2009.

Sendo o MP um curso de Pós-graduação *stricto sensu*, a atividade de pesquisa deve estar compatível com esse nível de formação e assim proporcionar um grande diferencial em relação aos chamados cursos *lato sensu*, de extensão ou de especialização, que em essência correspondem a um aprimoramento na formação profissional.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A atividade de pesquisa na Área caracteriza-se pela prática da interdisciplinaridade, fazendo convergir duas ou mais áreas do conhecimento, buscando a abordagem integral de problemas cuja solução não seria alcançada com enfoque disciplinar. Espera-se que a atividade interdisciplinar de pesquisa contribua para o avanço das fronteiras da ciência e tecnologia, gere novos conhecimentos e faça surgir um novo profissional com um perfil distinto dos existentes, com formação básica sólida e integradora.

Recomenda-se:

- que o programa tenha núcleo formado por mais de 50% dos docentes permanentes com contratos de 40 horas, sendo cerca de 30 horas dedicadas às atividades de pesquisa e orientação;
- interdisciplinaridade, equilíbrio e integração entre áreas de concentração, linhas de pesquisa e de atuação do programa, projetos e estrutura curricular;
- distribuição equilibrada do corpo docente pelas áreas de concentração, linhas de atuação e de pesquisa do programa;
- docentes de área de formação diferentes compartilhando projetos e co-orientando alunos, visando promover a interdisciplinaridade do programa;
- participação de alunos de graduação nos projetos, quando aplicável;
- explicitar fontes de fomento dos projetos e o envolvimento, articulação e contrapartidas de instituições, agências de governo ou empresas, quando o caso;
- explicitar produtos e atividades esperadas que resultem da convergência de duas ou mais áreas do conhecimento relativas às temáticas do programa;
- explicitar a inserção social esperada das atividades do programa.

II.II.d – PRODUÇÃO INTELECTUAL

Para uma proposta de MP na Área Interdisciplinar, a formação de origem e titulação dos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

docentes, suas trajetórias de estudo e pesquisa e a produção, mesmo que diversificadas, devem contemplar os objetivos do programa. Supõe-se que uma composição original do quadro docente a serviço da formação e pesquisa interdisciplinares deva se concretizar na forma de produção intelectual comprovada, e potencial de formação de recursos humanos preparados para atuar de maneira cooperativa e integradora no âmbito de incidência dos estudos do programa.

Nesse contexto, considera-se um conjunto importante de indicadores:

- a produção intelectual do corpo docente, principalmente do corpo docente permanente e sua relação com a proposta do programa, áreas de concentração e linhas de atuação. O corpo docente permanente deve apresentar produção técnico-científica suficiente para demonstrar o seu envolvimento em P,D&I na área do programa;

- são considerados para compor a produção do corpo docente permanente, de forma equilibrada e condizente com a natureza do programa e perfil do corpo docente, artigos em periódicos, livros, capítulos, produção técnica e artística relevantes e trabalhos completos em anais de eventos importantes na área de atuação do programa. Recomenda-se, para comparação, a leitura da Ficha de Avaliação dos MPs já em andamento, comentada no item V deste documento, com atenção ao cálculo do índice de produção (INDPROD);

- produção docente qualificada, contínua e bem distribuída entre os docentes permanentes. A produção contabilizada na análise da proposta é a referente aos últimos 3 anos, sendo analisados também os últimos 5 anos para melhor observar a evolução e a experiência do grupo;

- a produção em periódicos, livros e capítulos, a produção técnica e em trabalhos completos em eventos será avaliada em conformidade com os parâmetros definidos no item IV deste documento. O sistema QUALIS é um indicador importante, porém somente periódicos relatados nas produções de cursos de Pós-graduação são incluídos no banco de dados. Assim, a avaliação da produção em periódicos tem também um componente qualitativo importante.

II.II.e – INFRA-ESTRUTURA DE ENSINO E PESQUISA

Descrição da infraestrutura acadêmica e de pesquisa, atendo-se àquela disponível diretamente para as atividades próprias do programa, levando em consideração os

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

seguintes aspectos: apoio administrativo, salas para docentes e para alunos, salas de aula, laboratórios de pesquisa e ensino, especificando a dimensão das áreas físicas, capacidade de lotação e equipamentos de apoio e suporte existentes.

Deve ser informado o número médio de alunos de graduação e Pós-graduação que utilizam a infraestrutura do programa, incluindo, quando pertinente, a sua utilização por outros programas de Pós-graduação.

Descrição da infraestrutura de informática, relatando a dimensão do parque de computadores, a forma de acesso à internet, as ferramentas de software, os bancos de dados e portais de periódicos efetivamente disponíveis ao corpo discente para o desenvolvimento das atividades do programa. Deve ser também informado o grau de atualização destas facilidades bem como a política de renovação praticada pela instituição.

Descrição e dimensionamento da área física da biblioteca, informando especificamente os espaços destinados à leitura, pesquisa e estudos, bem como o número médio de usuários;

Descrição e dimensionamento dos acervos físicos e virtuais da biblioteca, diretamente relacionados às atividades de ensino e pesquisa do programa, informando com destaque o acervo de referências indicadas nas ementas das disciplinas, e a disponibilidade de acesso aos portais de periódicos e informações em C&T e Humanidades.

III. Considerações gerais sobre a Avaliação Trienal 2013

Grande parte do esforço da Área tem sido dedicado à discussão da caracterização de propostas interdisciplinares e do estabelecimento de referenciais e indicadores, tanto qualitativos quanto quantitativos, a serem adotados no processo de avaliação. Este documento reflete o entendimento desse tema como processo dinâmico em contínua construção.

A Área Interdisciplinar possui a maior diversidade e o maior número de cursos reconhecidos na CAPES. Isto demanda atenção especial dos consultores para que se busque maior consonância na proposição e aplicação de procedimentos e critérios de avaliação e, em decorrência, o aperfeiçoamento dos procedimentos e instrumentos utilizados. A avaliação da Pós-graduação brasileira tem se tornado cada vez mais transparente, sendo disponibilizadas as informações para acesso público na página *web* da CAPES a cada passo do processo.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A base inicial de dados para a avaliação, retratando a situação de cada Programa de Pós-graduação, pode ser acessada na página da CAPES em Avaliação/Cadernos de Indicadores ou Avaliação/Cursos recomendados e reconhecidos. Ao consultar esses documentos, os programas podem fazer análises comparativas com outros programas da mesma natureza. A base é organizada por ano e é formada pelo seguinte conjunto de relatórios padronizados: 1. Teses e Dissertações; 2. Produção Bibliográfica; 3. Produção Técnica; 4. Produção Artística; 5. Corpo Docente, Vínculo, Formação; 6. Disciplinas; 7. Linhas de Pesquisa; 8. Projetos de Pesquisa; 9. Proposta do Programa; 10. Docente Atuação; 11. Docente Produção.

A Proposta do Programa é objeto de avaliação permanente. São observadas as modificações apontadas pela coordenação tendo como referência de análise a coerência entre foco da proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos, disciplinas, corpo docente e perfil do egresso. A interdisciplinaridade é o parâmetro norteador da avaliação dessa coerência.

Para avaliação do tempo médio de titulação de bolsistas em nível de mestrado e de doutorado, é considerada, como parâmetro, a média de 24 a 30 meses para mestrado e 48 a 60 meses para o doutorado.

Em relação aos indicadores de produção acadêmica, são considerados, para fins de avaliação, os parâmetros descritos nos itens específicos no tópico IV deste documento. Os cálculos dos indicadores de produção em periódicos, livros, capítulos, produção técnica e de trabalhos completos em eventos, são descritos na Ficha de Avaliação, no tópico V. Importante se faz esclarecer, que algumas produções podem ser excluídas na avaliação dos programas. A glosa dessas produções se dá, predominantemente, por não se vincularem às áreas de concentração e linhas de pesquisa do programa ou por pertencerem a docentes vinculados como permanentes em mais de dois programas acadêmicos de Pós-graduação.

Nas fichas de avaliação, tanto para programas acadêmicos como para profissionais, a Proposta do Programa não tem peso com relação aos demais quesitos, mas funciona como trava. A Proposta deve ser atualizada constantemente, atender aos critérios e estar fundamentada nos princípios da Área. No item V deste documento são apresentadas as fichas de avaliação comentadas para programas acadêmicos e profissionais. Os Quesitos 2 - Corpo Docente, 3 - Corpo Docente, Teses e Dissertações, 4 - Produção Intelectual e 5 - Inserção Social, tem pesos 20%, 35%, 35% e 10% para os programas acadêmicos e 15%, 30%, 30% e 25% para os profissionais, respectivamente.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A importância da avaliação da produção intelectual do programa está na compreensão de que aqueles com produção de alta qualidade oferecem, potencialmente, condições para uma melhor formação de alunos. Por sua vez, é relevante a participação dos alunos nesta produção, consistindo para a Área Interdisciplinar um dos pontos centrais da avaliação do desempenho do Corpo Docente.

Considera-se a participação docente em eventos científicos relevante para o contato com a comunidade, troca de experiências, estabelecimento de colaborações, ajustes no desenvolvimento do projeto de pesquisa, entre outros fatores. No entanto, cabe ressaltar que uma medida do desempenho pleno do corpo docente repousa na co-autoria em produções de maior impacto, como artigos publicados em periódicos classificados no Qualis, livros e capítulos de livros, produção técnica e trabalhos completos em eventos, todos qualificados nos estratos mais elevados na Área. A qualidade das teses e dissertações é avaliada, principalmente, segundo os produtos que geram com a participação docente explícita. Por essa razão, consideram-se, para fins de avaliação da produção intelectual do programa, os trabalhos gerados por egressos até três anos após a conclusão do curso, sempre que caracterizados como frutos de suas teses ou dissertações.

A co-autoria docente na produção qualificada, além de ser um indicador de qualidade dos recursos humanos formados pelo Programa, contribui para a inserção do egresso no mercado de trabalho. Um dos resultados mais nobres de um programa de Pós-graduação é transformar a vida dos seus titulados, abrindo-lhes novas perspectivas neste mercado. O destino dos egressos, por conseguinte, é um item da avaliação dos programas de Pós-graduação.

O cumprimento continuado dos requisitos e orientações para propostas de cursos novos, expostos no item II desse documento, é verificado no acompanhamento e na avaliação dos cursos recomendados e reconhecidos na Área. Nas fichas de avaliação comentadas no item V deste documento, é definido como cada item é avaliado e em cada quesito.

III.1 – CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE AS PORTARIAS CAPES Nº01 E 02/2012

Seguindo o que dispõe as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, a composição do corpo docente dos Programas de Pós-graduação, considerando permanentes, colaboradores e visitantes e eventuais modificações decorrentes dos processos de credenciamento e

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, sendo objeto de avaliação pela Área.

Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as referidas Portarias, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes deve ser dedicado às atividades do Programa. A Área Interdisciplinar considera que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades relacionadas à Pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a oito.

A área considera que até 20% dos docentes com 0 ou 1 aluno no triênio só é aceitável nas seguintes situações: docentes recém-doutores sem experiência em orientação e novatos no Programa; docentes que se afastaram para estágio sênior ou pós-doutoramento no período considerado.

A atuação de docentes permanentes em até três programas é admitida, excepcional e temporariamente, nas situações elencadas na Portaria CAPES nº 01/2012, a saber: “a) nos casos em que o terceiro programa for um curso da região norte e dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato do Grosso do Sul e que estejam nas áreas prioritárias: áreas tecnológicas e áreas de formação de professores para a educação básica; b) nos casos em que o terceiro programa for um curso de mestrado profissional; c) nos casos em que o terceiro programa for um curso de Pós-graduação em temas de inovação científica e/ou tecnológica e de relevância estratégica para o país, e que possam ser somente apresentados à CAPES como decorrência de ações indutivas determinadas pela Agência”. A situação de cada docente de um programa em outros programas de Pós-graduação é verificada nos Cadernos de Indicadores, em Corpo Docente.

Indicadores referentes a essas considerações são calculados nos respectivos itens da Ficha de Avaliação.

III.II - SEMINÁRIOS DE ACOMPANHAMENTO

A Reunião dos Coordenadores de Programas da Área Interdisciplinar (ReCoPI) chegou à sua

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

6ª versão em Fevereiro de 2013. A partir de 2011, a Diretoria de Avaliação estabeleceu os seminários de acompanhamento para todas as áreas e, portanto, as ReCoPIs passaram a ser denominadas Seminários de Acompanhamento da Área Interdisciplinar. Nesses seminários, cada coordenador apresenta a evolução de seu Programa para os demais coordenadores de sua Câmara e a coordenação de Área. São descritas, sucintamente, as áreas de concentração e linhas de pesquisa, a evolução do conceito na CAPES, do corpo docente e discente, o destino dos egressos e o quadro atual da produção do programa, em artigos, livros, técnica e na forma de trabalhos completos em eventos. Os coordenadores também citam os pontos fortes e fracos do Programa e as dificuldades que encontra, e dão sugestões à CAPES, à coordenação de Área, aos colegas e às Pró-reitorias de Pesquisa e Pós-graduação. Os dados são compilados e disponibilizados na página da CAPES na forma de relatórios e a coordenação da Área procede aos encaminhamentos cabíveis. Os seminários possibilitam avaliar o estágio atual de cada Programa de Pós-Graduação (PPG), atualizar informações, análises comparativas e troca de experiências.

Em outro momento, os coordenadores e representantes da coordenação da Área reúnem-se em grupos de trabalho (GTs). Posteriormente, há discussões plenárias setoriais por Câmara e plenárias conjuntas entre as Câmaras da Área. Na oportunidade são dados esclarecimentos, principalmente sobre questões relacionadas aos critérios gerais de avaliação da Área, discute-se e propõe-se a melhora desses critérios. A coordenação dos Grupos de Trabalhos é mista, com a participação de representantes dos coordenadores, que farão a relatoria nas plenárias. Os temas mais frequentes dos GTs são o Documento de Área, Qualis Periódicos, Avaliação de Livros, Avaliação de Trabalhos Completos em Eventos e Avaliação de Produção Técnica. Um GT sobre Mestrados Profissionais ocorre geralmente em horário extra, para que integrantes desses Programas possam participar dos demais GTs.

As questões e sugestões levantadas nos GTs e discutidas em plenárias são analisadas pela Área e, quando pertinentes, servem de diretrizes no estabelecimento de critérios para o Qualis Periódicos e para a avaliação das demais produções. Por exemplo, na V-ReCoPI, realizada em 2011, foi sugerido que a Área adotasse como principal critério na classificação Qualis, a avaliação das revistas pelas áreas de origem. Isto foi feito já na classificação das revistas do ano base de 2010 e trouxe maior equilíbrio para a Área, reduzindo as críticas e insatisfações com o Qualis, devido à grande diversidade de programas da Área. Várias sugestões dos seminários de acompanhamento de fevereiro de 2013 nortearam o aperfeiçoamento do Qualis-Periódicos e da avaliação de livros, e contribuíram para os procedimentos, critérios e roteiros para a avaliação da produção técnica e de trabalhos completos em eventos. Esses avanços estão expressos no item III desse documento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Abaixo seguem algumas propostas gerais de coordenadores de Programas da Área nessas reuniões e alguns encaminhamentos dados:

- A criação dos comitês interdisciplinares em órgãos de fomento.
Os coordenadores redigiram um documento, que foi aprovado em plenária geral da Área, solicitando a criação do Comitê e da Área Interdisciplinar no CNPq. A coordenação da Área protocolou o documento no CNPq, endereçado a seu presidente.
- Valorizar a produção conjunta dos docentes nos programas multi/interdisciplinares.
A Área passou a considerar dois índices de produção em periódicos, um que leva em conta o número absoluto de artigos do programa e outro que considera a co-autoria entre docentes do programa, para estimular a visão interdisciplinar dos problemas tratados.
- Considerar a produção científica em eventos.
A Área, com as contribuições dadas no GT – Eventos e nas discussões plenárias, estabeleceu a avaliação da produção de trabalhos completos em eventos classificando-os em quatro estratos.
- Melhorar do sistema de coleta de informações. Melhorar o processo de alimentação do Coleta e implementar a coleta contínua de dados ao longo do ano. Compatibilizar o Coleta com o *Lattes*. Adequar o Coleta ao cadastro de discentes.
A Plataforma Sucupira está se concretizando, resolvendo esses problemas, e deverá entrar em operação neste próximo triênio.
- Participação de coordenadores e docentes dos programas de Pós-graduação na elaboração do Qualis.
A planilha com a classificação Qualis atualizada pela Área é enviada às coordenações de Programas, que apontam os erros de classificação e discrepâncias em relação aos critérios discutidos e divulgados na página da CAPES. As correções pertinentes são feitas pela coordenação de Área, antes da inserção e chancela do Qualis no sistema de informática da CAPES.
- Elaboração de um Qualis técnico com a participação da comunidade, principalmente dos MPs.
Nos seminários de 2013 houve um GT, discussões e propostas sobre o tema, que estão sumarizadas nos relatórios da reunião na página da CAPES e subsidiaram os

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

procedimentos e critérios descritos no item III deste documento.

- Critérios de avaliação diferenciados para os Mestrados Profissionais com relação aos Programas Acadêmicos.

A CAPES tem promovido a separação das avaliações entre Programas Acadêmicos e Profissionais, com calendários distintos de submissão de propostas de cursos novos, comissões distintas de avaliação, consultores do campo profissional em análise, fichas de avaliação distintas e com pesos diferenciados entre as duas modalidades. A partir deste ano as Áreas de Avaliação vão contar com um coordenador-adjunto para os Mestrados Profissionais.

- Maior participação dos MPs nas comissões de avaliação.
A composição das comissões de avaliação conta com integrantes de MPs e com pesquisadores atuantes nos campos profissionais em pauta.
- Busca de alternativas para a existência de recursos financeiros disponíveis às IES/programas de Pós-graduação nos meses de janeiro e fevereiro quando ocorre elevado número de qualificações e defesas.
- Diminuição da discrepância das classificações dos periódicos nas diferentes coordenações de área, isto é, unificação do Qualis.

IV. Considerações sobre Qualis Periódicos (Artístico), Roteiro para Classificação de Livros/Eventos/Produtos Técnicos e os critérios para a estratificação e uso dos mesmos na avaliação

IV.I - QUALIS PERIÓDICOS

Considerações sobre a entrada de periódicos para o Qualis

É frequente solicitações de editores para que a CAPES classifique suas revistas. Porém, a entrada de periódicos para o Qualis é automática, a partir dos relatórios anuais dos programas. É necessário haver pelo menos uma publicação em determinado periódico, feita por docente permanente de programa de Pós-graduação acompanhado pela CAPES, para que o mesmo venha a ser classificado no Qualis. Após o processamento dos relatórios, as comissões de área fazem a atualização da classificação das revistas existentes no banco de dados e classificam as novas revistas, inseridas no processamento, as quais tiveram publicações relatadas no ano base.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Uso do Qualis para outros fins que não sejam a avaliação de programas de Pós-graduação

Não se deve usar o Qualis para contratação docente, progressão, em editais de agência de fomento, ou para qualquer outro fim que não seja a avaliação de programas de Pós-graduação. O Qualis é uma base incompleta, pois somente periódicos relatados anualmente pelos programas de Pós-graduação são incluídos no banco de dados e as atualizações ocorrem, geralmente, uma única vez por ano, por área de avaliação. Além disso, um mesmo periódico pode ter diferentes classificações, dependendo da área de avaliação.

Dimensão do Qualis Interdisciplinar e áreas de origem

O Qualis da Área Interdisciplinar abrange todas as áreas do conhecimento e suas interfaces, e conta com cerca de 1/3 das revistas do total do Qualis da CAPES. Na estratificação dos periódicos na Área Interdisciplinar, portanto, é importante considerar como cada área de avaliação da CAPES classifica suas revistas. A Área identificou que vários periódicos têm o escopo mais caracterizado por alguma área de avaliação da CAPES e, nesses casos, a classificação nas respectivas áreas de avaliação é orientação relevante, sendo um dos principais indicadores na classificação Qualis da Área Interdisciplinar.

Critérios para a classificação Qualis da Área Interdisciplinar

Na classificação Qualis deste triênio estão sendo empregados os seguintes indicadores, nessa ordem: *i)* classificação na área principal e secundária, onde a revista tem o escopo mais caracterizado, quando pertinentes e identificáveis; *ii)* média ponderada da avaliação em todas as áreas da CAPES (indicador **Q**); *iii)* fator de impacto no atual JCR normalizado e ponderado (indicador **J***); *iv)* normalização do fator de impacto; *v)* a atual classificação no SJR - SCImago; *vi)* presença na base SciELO; *vii)* presença na base SCOPUS; *viii)* número e importância de bases específicas; *ix)* pluralidade ou multidisciplinaridade do corpo editorial e das linhas editoriais.

Indicador Q

Dentre os principais indicadores, está também a média ponderada da estratificação de cada periódico em todas as áreas de avaliação da CAPES. Na área Interdisciplinar, a média ponderada da classificação de um periódico pelas demais áreas é calculada pelo indicador **Q**, levando-se em conta o número n_A de publicações no periódico em cada área de avaliação da

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

CAPES. O cálculo de Q dá-se pela equação:

$$Q = \frac{\sum_A (q_A \cdot n_A)}{\sum_A n_A}$$

na qual q_A assume os valores 1 a 7, dependendo do estrato em que o periódico é classificado na respectiva área de avaliação “A”. Assim, $q_A = 7$ para o estrato A1, 6 para A2, 5 para B1, 4 para B2, 3 para B3, 2 para B4 e 1 para B5. O símbolo \sum_A indica a soma sobre todas as áreas de avaliação.

Normalização do fator de impacto

O fator de impacto de uma determinada revista é também considerado para a classificação Qualis, mas devido à diversidade de programas de PG da área Interdisciplinar ele não é empregado diretamente. Faz-se uso do indicador J^* , que considera a normalização do fator de impacto da revista pela mediana do fator de impacto de todas as revistas de uma determinada área de avaliação. A normalização “ N_A ” é calculada por:

$$N_A = \sqrt{\frac{j}{M_A}}$$

em que j é o fator de impacto da revista e “ M_A ” é a mediana do fator de impacto de todas as revistas de uma área de avaliação “A”.

Indicador J^*

O indicador J^* leva em conta a normalização “ N_A ” e, como o indicador Q , é ponderado pelo número de publicações n_A da revista em cada área de avaliação, sendo calculado por:

$$J^* = \frac{\sum_A (N_A \times n_A)}{\sum_A n_A}$$

A normalização do fator de impacto N_A (chamada de j^* na planilha de indicadores fornecida

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

pela CAPES) é usada como indicador quando a revista não recebe publicações no ano base, pois nesse caso $n_A = 0$, inviabilizando o cálculo de Q e J^* . Uma maneira de se evitar isto e ter uma estatística mais abrangente é considerar n_A cumulativo, considerando os anos anteriores ao ano base do Qualis. Porém, isto depende da disponibilização de dados pela CAPES.

Indicadores qualitativos

Indicadores qualitativos também são empregados além dos numéricos mencionados. Um dos mais importantes é a classificação do periódico na área de avaliação onde a revista tem o escopo melhor caracterizado, quando identificável, conforme citado.

Na área Interdisciplinar valoriza-se publicações em revistas indexadas no SciELO. Caso a revista não seja melhor pontuada com os indicadores anteriores, a indexada no SciELO é classificada como B1 ou B2.

Se o periódico não estiver classificado em nenhuma área de avaliação e não estiver indexado no JCR ou no SciELO, verifica-se sua inserção no SCOPUS e no SCImago, considerando o índice SJR, e em outras bases como BIOSIS, CAB, ECONLIT, FSTA, GEOREF, INDEX-PSI, LILACS, MATHSCI, PHILOSOPHER, MEDLINE, MLA, PSYCINFO, PUBMED, SPORT DISCUS e LATINDEX, entre outras. Verifica-se ainda, como suporte à classificação quando necessário, se o periódico está no portal CAPES, se tem corpo editorial qualificado e reconhecido e se é editado por sociedade científica ou instituição de ensino ou pesquisa. Em 2011 foi introduzido outro indicador qualitativo, em que se verifica a pluralidade ou multidisciplinaridade do corpo editorial e das linhas editoriais.

Revistas de programas de PG tendem a ser locais e a publicar majoritariamente trabalhos dos próprios programas. Verificadas essas situações, essas revistas recebem estratificação B5 no Qualis da área. Periódicos que não atendem aos critérios de classificação expostos, que não foram avaliados em outras áreas, que não estão em nenhuma das bases indexadoras citadas acima, que não são editados por sociedades científicas ou instituições de ensino ou pesquisa, quando classificados na área Interdisciplinar o são como B5. Revistas que não atendem os requisitos para serem definidas como periódicos, para efeito de classificação no Qualis da Área, não são classificadas. Tais requisitos incluem periodicidade e regularidade nas publicações de seus volumes, presença de corpo editorial qualificado, reconhecido e abrangente no escopo da revista, avaliação dos manuscritos pelos pares, com base em pareceres *ad hoc*, e dotadas de ISSN.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Ordem de aplicação dos critérios

Os indicadores são empregados na seguinte ordem: *i)* classificação nas áreas principal e secundária onde o escopo da revista pode ser melhor caracterizado, quando pertinentes e identificáveis; *ii)* indicador **Q**; *iii)* indicador **J***; *iv)* normalização do fator de impacto N_A ; *v)* SJR - SCImago; *vi)* presença na base SciELO; *vii)* SCOPUS; *viii)* número e importância de bases específicas e *ix)* pluralidade ou multidisciplinaridade do corpo editorial.

Cada uma das 4 Câmaras da Área, conforme suas características, aplica esses critérios estabelecendo seus cortes e graus de sobreposição de indicadores. Os 5 primeiros critérios são empregados para a classificação nos estratos A1, A2 e B1, sendo mais determinante o primeiro critério (a classificação pelas áreas onde a revista melhor se caracteriza). O sexto critério é empregado nos estratos B1 e B2. Todos os 9 critérios são empregados para classificação nos estratos B, sendo bastante relevante também o primeiro critério. O Critério 9 é utilizado para todos os estratos.

Procedimentos para a atualização Qualis

A atualização Qualis da Área envolve a Coordenação da Área e de suas 4 Câmaras e respectivos adjuntos, consultores da área e o apoio técnico da Coordenação de Gestão da Informação da CAPES, com consulta às coordenações dos programas da Área. A classificação prévia é enviada para a lista de endereços eletrônicos de programas acompanhados na Área, com a orientação que discrepâncias em relação aos critérios Qualis-Interdisciplinar publicados na página da CAPES (em Avaliação/Áreas/Interdisciplinar).

Houve ainda esclarecimentos e discussões dos critérios nos grupos de trabalho dos Seminários de Acompanhamento realizados em fevereiro de 2013 na sede da CAPES. Como sugestão dessa reunião foi introduzido o indicador de número *ix* “pluralidade ou multidisciplinaridade do corpo editorial e das linhas editoriais”. O grupo de trabalho formado por coordenadores de programas, posteriormente sugeriu à Coordenação da Área revistas do Qualis da Área onde esse critério pudesse ser aplicado, com as devidas justificativas.

IV.II – CLASSIFICAÇÃO DE LIVROS E CAPÍTULOS DE LIVROS

No período relativo à Avaliação Trienal 2010, a Área Interdisciplinar realizou, pela primeira vez, a avaliação da produção científica veiculada em livros e capítulos de livros. Os Programas

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

de Pós-graduação vinculados à Área Interdisciplinar encaminharam para avaliação 2504 livros e 3050 capítulos. Para a avaliação trienal referente ao período 2010-2012, a expectativa é que os programas apresentem as informações solicitadas a respeito dessa produção e encaminhem os exemplares para análise, o que pode impactar positivamente seus indicadores de produção acadêmica.

As obras consideradas para efeito de avaliação devem ser acadêmicas e versar sobre conteúdos vinculados às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas. As informações sobre essa produção, encaminhadas pela coordenação dos programas em ficha específica, somada à análise das próprias obras, são fundamentais para a consideração dos livros e capítulos de livros na avaliação dos programas.

A classificação da produção em livros e de capítulos de livros é atribuída por comissão de análise *ad hoc*, segundo o Roteiro para Classificação de Livros. A análise considera as informações relativas às obras, preenchidas pela Coordenação do Programa ou docente autor, e a inspeção da obra física, encaminhada à Comissão de Análise pelos programas. Os livros são classificados em quatro estratos, L1 a L4, ou como LNC (livro não considerado para fins de avaliação). Para cada estrato corresponde uma pontuação, conforme tabela abaixo:

Livros com editoração	pontos
L1	0,5
L2	1,0
L3	1,5
L4	2,0
LNC	0,0

As obras no estrato LNC não recebem pontuação por não se enquadrarem às especificações de obras consideradas pela área para fins de avaliação. Isto é, por não terem conteúdo vinculado às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos Programas ou por não se tratarem de livros de caráter acadêmico.

A pontuação de capítulos publicados em livros é feita com base na classificação do livro, definindo-se a relação capítulo/livro, conforme a tabela abaixo:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Capítulos de livros com editoração	pontos
C1	0,5*L1
C2	0,5*L2
C3	0,5*L3
C4	0,5*L4
LNC	0,0

O Roteiro para Classificação de Livros estabelece que: a) a soma de capítulos em uma coletânea não pode ultrapassar a pontuação de uma obra integral; b) um mesmo autor pode pontuar no máximo dois capítulos incluídos na mesma obra.

Procedimentos e critérios para a classificação de livros e capítulos de livros

Para a Avaliação Trienal 2013 a Área Interdisciplinar considerará a análise de livros e capítulos produzidos por docentes permanentes e discentes do programa. A avaliação será realizada seguindo os critérios apresentados neste documento, aprovados pelo Conselho Técnico-Científico/ES da CAPES.

Os livros a serem avaliados são assim definidos: um livro consiste em produto impresso ou eletrônico que possui ISBN, contendo um mínimo de 50 páginas, publicado por editora pública ou privada, associação científica e/ou cultural, instituição de pesquisa ou órgão oficial.

Os coordenadores de Programas de Pós-graduação vinculados à Área Interdisciplinar são comunicados a respeito dos procedimentos e prazos para preenchimento e envio das fichas de avaliação bem como dos exemplares de livros e capítulos de livros a serem avaliados.

Os critérios adotados pela Área Interdisciplinar para avaliação fundamentam-se: 1) no Roteiro para Classificação de Livros aprovado pelo Conselho Técnico-Científico da Educação Superior (CTC-ES) em 2009 e divulgado na página web da CAPES. Esse roteiro apresenta conceitos e definições comuns às 23 áreas que classificaram livros na Avaliação Trienal 2010; 2) na experiência de avaliação de livros e capítulos de livros efetuada pela Área Interdisciplinar em relação à produção do triênio 2007-2009; 3) em sugestões apresentadas pelos coordenadores dos programas nos Seminários de Acompanhamento realizados e incorporados neste documento.

Critérios de avaliação

Para a avaliação trienal será considerada a vinculação dessa produção à proposta do Programa, conforme indica o Documento de Área. Será observado se a obra está vinculada à

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

área de concentração, linha ou projeto específico de pesquisa. Em havendo essa vinculação, serão avaliados os seguintes aspectos: 1) tipo de obra; 2) características da autoria; 3) características da editoria; 4) características adicionais da obra; 5) avaliação qualitativa de conteúdo.

Síntese desses critérios, descrição e respectivos pesos apresentam-se na tabela que segue. O detalhamento dos itens 1 a 5 é apresentado na sequência.

Critério		Descrição	Peso
Vínculo com área de concentração, linha ou projeto de pesquisa do programa		Considera a relação da obra com a estrutura acadêmica do programa de Pós-graduação	Obrigatório para ser classificado
Tipo da Obra		São considerados os seguintes tipos de obra: (i) Livro em Texto Completo; (ii) Livro organizado; (iii) Enciclopédia; (iv) Dicionário; (v) Capítulo de livro; (vi) Verbetes.	Ponderado segundo o tipo da obra
Autoria		Considera-se o(s) autor(es) do livro em relação à sua atuação no programa (docente, discente ou participante externo)	10%
Editoria	Editora de publicação	Considera-se o tipo de editora, a existência de linha editorial ou catálogo relacionados com a área do programa, a distribuição de suas obras, a disponibilização e/ou venda online de suas obras e existência e qualificação do conselho editorial e avaliação por pares.	50%
	Editoria da obra	Consideram-se critérios relacionados à forma de viabilização editorial da obra, incluindo seu financiamento, a pertinência a uma coleção e o número de sua edição.	
Características Adicionais		Considera-se se a obra recebeu premiação, se é resultado de editoria de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do programa.	25%
Avaliação qualitativa de conteúdo		Consideram-se critérios relativos à relevância, originalidade, potencialidade de impacto e interdisciplinaridade da obra.	15%

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1. Tipo de obra

O documento de área prevê a classificação de livros segundo seu tipo, todos com o mesmo peso: a) Obra completa; b) Livro organizado; c) Enciclopédia; d) Dicionário. Os verbetes serão ponderados em 20% do valor de um capítulo de livro.

2. Características da Autoria

A tabela a seguir apresenta os critérios e ponderações referentes à autoria de docentes e discentes ligados ao Programa de Pós-Graduação:

Critério para Autoria	Valores	Peso	Pontuação
Com participação de discentes do Programa	Co-autoria discente(s)/docentes permanentes e/ou docentes de outras IES no país ou no exterior	1,0	10 pontos
	Co-autoria discente(s)/docentes colaboradores e/ou participantes externos não docentes		9 pontos
	Discente – autoria única		8 pontos
Sem participação de discentes do Programa	Docente permanente - autoria única ou co-autoria com docentes permanentes do mesmo Programa	1,0	10 pontos
	Docente(s) permanente(s) com docentes colaboradores, docentes de outras IES no país ou no exterior ou participantes externos não docentes		10 pontos

3. Características da Editoria

3.1. Análise Editorial

Serão considerados os seguintes critérios referentes à editoria: a) tipo de editoria; b) ter catálogo ou linha de publicação na área; c) abrangência da distribuição das obras; d) disponibilização e venda das obras; e) ter conselho editorial ou avaliação por pares. As discriminações e pontuações desses critérios são apresentadas na tabela a seguir:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Critério de análise editorial	Valores	Pesos	Pontuação
Origem da editora	Brasileira	Critério neutro para avaliação	
	Estrangeira		
Natureza jurídica da editora	Pública	Critério neutro para avaliação	
	Privada		
	Organização não governamental		
Tipo da editora	Universitária	5%	10 pontos
	Comercial		10 pontos
	Associação Científica		10 pontos
	Associação Cultural		10 pontos
	Instituição de Pesquisa		10 pontos
	Agência de fomento		10 pontos
	Órgão oficial		6 pontos
	Edição do autor		3 pontos
Tem linha editorial ou catálogo de publicação vinculado à área do programa	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Abrangência da distribuição das obras impressas	Internacional	15%	10 pontos
	Nacional		7 pontos
	Regional		5 pontos
Disponibilização em formato digital de obras	Sim	10%	10 pontos
	Não		0 pontos
Venda on line de obras	Sim	5%	5 pontos
	Não		0 pontos
Conselho Editorial ou avaliação por pares	Sim, de reconhecida competência nacional e/ou internacional	45%	10 pontos
	Sim, de abrangência regional		5 pontos
	Sim, de abrangência local		2 pontos
	Não		0 pontos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

As informações não disponíveis nas próprias obras ou nos questionários preenchidos pelos Programas de Pós-Graduação não serão pontuadas.

3.2. Produção da obra

A Produção da obra está dividida entre critérios referentes à editora e critérios referentes à editoria da obra específica. Os critérios para análise da editoria da obra a serem utilizados na Avaliação Trienal 2013 estão descritos na tabela a seguir:

Critério para Editoria	Valores	Pesos	Pontuação
Financiamento da Obra	Agência de fomento	60%	10 pontos
	Associação científica		10 pontos
	Organização pública ou privada com edital público		10 pontos
	Própria editora da obra		8 pontos
	Do próprio autor		4 pontos
A obra pertence a uma coleção	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Re-edição	4ª edição ou maior	20%	10 pontos
	3ª edição		8 pontos
	2ª edição		6 pontos
	1ª edição		5 pontos

Para ponderar os pontos obtidos nas duas famílias de critérios, prevêm-se os seguintes pesos entre os subcritérios: Editora, 50%; Editoria da Obra, 50%.

4. Características adicionais da obra

O documento de área prevê como critérios adicionais para avaliação da obra: a) idioma de publicação da obra; b) se possui índice remissivo; c) premiação da obra; d) se a obra é editada a partir de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do programa. Não se explicita nas características adicionais questões referentes à natureza do texto, pois esta é parte intrínseca à dimensão de avaliação qualitativa do conteúdo. Também a re-impressão não foi

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

considerada um critério discriminatório de classificação de obras, dado que não é ponderada pelo número de exemplares impressos.

Critério Adicional	Valores	Peso	Pontuação
Idioma de publicação da obra	Estrangeiro		Critério Neutro para avaliação
	Português		
Possui índice remissivo	Sim	20%	10 pontos
	Não		0 pontos
Premiação da obra	Internacional	50%	10 pontos
	Nacional		7 pontos
	Regional		5 pontos
	Local		3 pontos
	Não		0 pontos
Obra editada a partir de tese, dissertação ou projeto de pesquisa do Programa	Sim	30%	10 pontos
	Não		0 pontos

5. Avaliação qualitativa de conteúdo

São considerados os seguintes critérios para avaliação qualitativa do conteúdo da obra: a) relevância; b) interdisciplinaridade; c) originalidade; d) potencialidade de impacto.

Critério para conteúdo da obra	Valores	Peso	Pontuação
Relevância	A Obra contribui para o desenvolvimento científico, tecnológico, social, cultural e artístico em sua área de conhecimento	30%	2,5 pontos
	A Obra tem estrutura teórica com rigor acadêmico, precisão de conceitos e de terminologia		2,5 pontos
	A Obra tem bibliografia abrangente e apropriada		2,5 pontos
	A Obra tem linguagens adequadas e padrão de qualidade		2,5 pontos

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Interdisciplinaridade	A Obra tem abordagens interdisciplinares	25%	10 pontos
Originalidade	A Obra apresenta a formulação de problema de investigação original e/ou métodos e abordagens inovadoras e/ou contribuição inovadora para o campo de conhecimento ou para aplicações técnicas	25%	10 pontos
Potencialidade de impacto	A Obra tem potencial de utilização tanto no âmbito acadêmico como fora dele	20%	10 pontos

6. Índice de classificação da obra

A avaliação de obras da Área Interdisciplinar será resultante da obtenção dos pontos de cada obra nos critérios descritos anteriormente e na sua ponderação por peso de categoria, conforme descreve a tabela a seguir.

Critério		Pontuação	Peso
Autoria		PtsAutoria - Pontos para Autoria	10%
Editoria	Editora de publicação	PtsEditora - Pontos pela Editora de publicação	50%
	Editoria da obra	PtsEditoria - Pontos pela Editoria da obra	
Características Adicionais		PtsCaracObra - Pontos pelas Características Adicionais	25%
Avaliação qualitativa de conteúdo		PtsAvalQual - Pontos pela Avaliação Qualitativa de Conteúdo	15%
Tipo de Livro ou Capítulo		PesoTipoObra - Ponderação por Tipo de Obra	

Para conhecer a faixa de classificação da obra, será aplicada a seguinte equação:

$$PtsObra = PtsAutoria \times 0,35 + (PtsEditora + PtsEditoria) \times 0,25 + PtsCaracObra \times 0,15 + PtsAvalQual \times 0,25.$$

Como resultado, *PtsObra* determinará o total absoluto de pontos obtido pela obra, quando considerados os critérios de avaliação de 2 a 5. Para o cálculo final do número de pontos, serão considerados os tipos de livro ou de capítulo e seus respectivos pesos, com a seguinte equação: **PtsFinalObra = PtsObra x PesoTipoObra**

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

7. Taxonomia para classificação das obras

Com relação à taxonomia, a Área Interdisciplinar adota as seguintes definições:

Livro Texto Integral

Livro escrito integralmente pelos autores de capa.

Livro organizado

Livro que reúne textos de vários autores, organizado por docente(s) permanente(s) do Programa ou outros autores, porém que conte com a participação de docentes permanentes e/ou discentes do programa na condição de autores de capítulos.

Enciclopédia

Livro com coletânea de escritos que descreve um domínio de conhecimento de forma ordenada por vocábulos.

Dicionário

Livro com uma coleção de vocábulos de uma língua, ordenados alfabeticamente, definidos ou traduzidos em um ou mais idiomas.

Capítulo de livro

Obra de autoria específica que é parte de uma coletânea.

Verbetes

Artigo ou entrada em um dicionário, em uma enciclopédia ou em uma obra que organiza seu conteúdo em vocábulos.

IV.III –CLASSIFICAÇÃO DE TRABALHOS COMPLETOS EM EVENTOS

A Área Interdisciplinar considera importante a participação discente e docente em congressos que resultem em publicação de **trabalhos completos** (mínimo de 5 páginas) e com aderência à proposta do Programa de Pós-graduação. Não são considerados resumos e resumos estendidos. Este tipo de produção, quando vinculada às linhas e projetos de pesquisa do Programa, é considerado pela Área e constitui o **IndEve** (índice de produção em eventos), um dos indicadores que compõe o Índice de Produtividade dos Programas - **INDPROD**.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

A Área considera, na Avaliação Trienal 2010-2012, esse tipo de produção por entender que, sendo o objetivo central da Pós-graduação a formação de recursos humanos de elevada qualificação, a exposição direta ao ambiente de troca de ideias proporcionado por um evento científico de qualidade é um instrumento imprescindível nesta formação. Além disso, a Área conta com programas nas interfaces com Computação, Informática e Tecnologia da Informação, e a publicação de trabalhos completos em eventos é de grande importância por ser ágil e compensar a volatilidade da produção nessas áreas.

Os critérios da Área Interdisciplinar consideram os eventos classificando-os, quando pertinente, nos níveis E1 a E4, sendo E4 o nível mais elevado. Para a Avaliação Trienal 2013, a Área tem como base as diretrizes do GT – Classificação de Eventos, criado pelo CTC-ES.

Embora venham a ser reconhecidas e valorizadas, importante se faz destacar que as produções científicas veiculadas em anais de eventos terão peso menor na Área que as publicações em periódicos e em livros. As diferenças nos pesos dessas produções são descritas no Campo V deste Documento, que apresenta as fichas de avaliação.

A produção intelectual em eventos é contabilizada a partir da informação dos eventos científicos feita pelos Coordenadores de Programas de Pós-graduação nos quais seus professores permanentes e alunos tenham publicado trabalhos. São apresentadas a seguir as diretrizes gerais para a classificação dos eventos. Para a classificação de um trabalho em um determinado nível, todos os itens devem ser atendidos. Caso isso não ocorra em um determinado estrato, devem ser verificados os critérios dos estratos inferiores, até que todos os critérios sejam atendidos. As dimensões da avaliação são baseadas essencialmente em: (i) edição; (ii) abrangência; (iii) instituição organizadora; (iv) composição e qualidade dos comitês organizador e científico; (v) publicação de anais; e (vi) fontes de patrocínio. São considerados apenas os trabalhos que contem com a participação de docentes permanentes e/ou alunos do Programa.

Nível E1

- Evento até a 2ª edição.
- Evento de abrangência local.
- Evento organizado por Programas de Pós-graduação ou Grupos de Pesquisa.
- Comitê Organizador de abrangência local.

Nível E2

- Evento na 3ª ou 4ª edição.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Evento de abrangência regional ou estadual.
- Evento organizado por Instituições de Ensino e/ou Pesquisa.
- Comitê Organizador e Comitê Científico composto por profissionais de diferentes Instituições de Ensino e Pesquisa.
- Publicação de Anais com trabalhos selecionados por meio da “avaliação pelos pares”.
- Apoio financeiro de origem externa às instituições promotoras do evento.

Nível E3

- Evento entre a 5ª e 9ª edição.
- Evento de abrangência nacional ou internacional.
- Evento organizado por Sociedade/Associação Científica de âmbito nacional ou internacional.
- Comitê Organizador e Comitê Científico com elevado reconhecimento junto à comunidade científica na temática do evento.
- Publicação de Anais com trabalhos selecionados por meio da “avaliação pelos pares”.
- Apoio financeiro de agências de fomento oficiais nacionais ou internacionais.

Nível E4

- Evento na 10ª edição ou superior.
- Evento de abrangência nacional ou internacional.
- Evento organizado por Sociedade/Associação Científica de âmbito nacional ou internacional.
- Comitê Organizador e Comitê Científico com elevado reconhecimento junto à comunidade científica na temática do evento.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Publicação de Anais com trabalhos selecionados por meio da “avaliação pelos pares”.
- Apoio financeiro de agências de fomento oficiais nacionais ou internacionais.

Para a classificação, as seguintes informações devem estar disponíveis:

- Nome do Evento
- Página do evento na internet
- Edição do Evento
- Periodicidade do Evento (anual, bienal, trienal, ...)
- Abrangência do Evento (Local, Estadual, Nacional, Internacional)
- Local de Realização
- Ano de Realização
- Organizador (Programa de Pós-graduação / Grupo de Pesquisa, Instituição de Ensino e/ou Pesquisa, Sociedade/Associação Científica ou outro)
- Publicação de anais
- Avaliação pelos pares
- ISBN ou ISSN
- Apoio financeiro (da própria instituição de Ensino e/ou Pesquisa, de agências públicas de fomento ou de outros)
- Comissão Organizadora (nome, instituição, país)
- Comissão Científica (nome, instituição, país)
- Título do Trabalho

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Autores, indicando a situação de cada um (docente permanente, docente colaborador, aluno de Pós-graduação, aluno de graduação, membro externo)
- Número de páginas do trabalho

IV.IV. CLASSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICA

A avaliação da produção técnica e tecnológica tem como principal diretriz o fortalecimento do processo de formação e qualificação discente, medida pela produção de conhecimento de seu corpo docente permanente, especialmente quando vinculado às atividades do corpo discente, nas linhas de pesquisa e desenvolvimento previstas na estrutura do Programa. Soma-se a essa diretriz a inserção social do Programa, à qual tem nas produções técnica e tecnológica importantes ferramentas para sua efetivação.

Nesse sentido, reconhece-se na produção técnica e tecnológica a concretização dos processos de interação academia e sociedade, nas mais variadas formas de produtos e serviços especializados, ao mesmo tempo em que se apresentam como possibilidade de transformação desses mesmos processos. Desse universo, a avaliação da Pós-graduação interdisciplinar examina a contribuição da produção técnica à formação de mestres e doutores, mensura sua aderência à proposta e objetivos do programa e aos princípios de multi/interdisciplinaridade, e sua contribuição à sociedade.

Além desses critérios de proximidade à estrutura organizacional dos programas e de impacto à sociedade, reconhece-se o potencial que a avaliação da produção técnica e, especialmente, tecnológica tem nas diretrizes de desenvolvimento do País, dada sua relação direta com a produção de conhecimento aplicado e de inovação. Os critérios de avaliação de complexidade e abrangência objetivam, portanto, tanto induzir a formação mais qualificada de profissionais na Pós-graduação como a produção de conhecimentos de impacto mensurável ao desenvolvimento social e econômico da sociedade.

Este tipo de produção, quando vinculada às linhas de pesquisa, projetos e trabalhos de conclusão (dissertações e teses) do Programa de Pós-graduação, é considerada pela Área Interdisciplinar e constitui o indicador **IndTec** (indicador de produção técnica), que juntamente com os demais índices que quantificam outros tipos de produção, compõe o índice **INDPROD**, o indicador da produtividade global do Programa.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

Para tanto, a produção técnica será classificada nos níveis T1 a T4, sendo T4 o nível mais elevado. Para a Avaliação Trienal 2013 a Área utilizou documentos como, por exemplo, as diretrizes estabelecidas pelo Grupo de Trabalho do CTC-ES, o Relatório Lazareto elaborado no Fórum Valores e Métricas da Produção Científico-Tecnológica e Técnica dos Mestrados Profissionais, documentos sobre produção técnica da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e do Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) e, fundamentalmente, das recomendações do GT- Produção Técnica elaboradas a partir das discussões realizadas durante os Seminários de Acompanhamento na Reunião dos Coordenadores dos Programas de Pós-graduação da Área Interdisciplinar – VI ReCoPi.

A produção técnica será contabilizada a partir das informações fornecidas pelos Coordenadores dos Programas de Pós-graduação, sendo apresentadas a seguir as diretrizes gerais para classificação da mesma. Deve ser lançada apenas a produção que conte com a participação de docentes permanentes e/ou alunos do programa e vinculadas às áreas de concentração e linhas de pesquisa ou atuação do Programa.

Tipologia e Qualificação

Um dos primeiros desafios nos processos de caracterização e avaliação da produção técnica e tecnológica consiste em estabelecer uma tipologia que seja suficientemente abrangente para contemplar a totalidade de itens resultantes de atividades técnicas e de produtos tecnológicos. Ao contrário da produção bibliográfica, a produção técnica e tecnológica não possui tipos universalmente aceitos e referenciados. Enquanto na produção bibliográfica os itens de avaliação são tangíveis (ex. livros, capítulos, artigos em periódicos, trabalhos em eventos), itens de produção técnica contemplam famílias heterogêneas de atividades e de produtos, com ampla abrangência de natureza, complexidade, origem da demanda, ciclo de vida e possibilidade de abrangência e impacto.

Como dimensões para avaliação da relevância da produção técnica, e sua consequente classificação nos níveis T1 a T4, são consideradas:

- Demanda: Espontânea, isto é, por motivação do próprio autor (E); Contratado (C); ou por concorrência/edital (X).
- Abrangência: Local (L); Regional (R); Nacional(N); ou Internacional (I).
- Complexidade da produção: Baixa (B); Média (M); e Alta (A).

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- Impacto: Baixo (B); Médio (M); e Alto (A).

Para a categorização da produção técnica e tecnológica (PTec) a Comissão de Área Interdisciplinar propõe uma nova tipologia estruturada segundo:

Eixo – Maior nível de categorização da PTec, definido segundo sua natureza ou objetivo principal.

Tipo – Segundo nível de categorização baseado na natureza e objetivo da PTec.

Subtipo – Utilizado para explicitar a natureza em alguns dos tipos de PTec.

Os eixos centrais para classificação da PTec consistem em:

- 1) Produção de Material Bibliográfico ou Documental;
- (2) Produção Passível de Proteção pela Propriedade Intelectual;
- (3) Produção Não Passível de Propriedade Intelectual;
- (4) Produção Técnica para Disseminação de Conhecimento;
- (5) Serviço Técnico Especializado.

Na tabela a seguir são identificados os Tipos e os Subtipos, quando aplicável, para cada um dos Eixos, e na última coluna é indicado o nível máximo para cada Tipo ou Subtipo.

Código	Nível	Descrição	Estrato Máximo
1	Eixo	PTec de Material Bibliográfico ou Documental	---
1.1	Tipo	Documento ou atividade associada ao registro de conhecimento técnico-científico para difusão e/ou formação e capacitação	---
1.1.1	Subtipo	Material didático/instrucional para educação básica/superior/profissional	T4
1.1.2	Subtipo	Relatório conclusivo de pesquisa aplicada	T4
1.1.3	Subtipo	Manual de operação técnica	T1
1.1.4	Subtipo	Protocolo experimental/aplicação ou adequação tecnológica	T1
1.1.5	Subtipo	Artigo publicado em revista técnica ou de divulgação	T3
1.1.6	Subtipo	Prefácio/Posfácio	T2

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

1.2	Tipo	Atividade associada ao registro de conhecimento técnico-científico para difusão e/ou formação e capacitação	---
1.2.1	Subtipo	Organização de livro	T2
1.2.2	Subtipo	Organização de revista	T3
1.2.3	Subtipo	Parecer de artigo de revista	T1
1.2.4	Subtipo	Tradução	T2
2	Eixo	PTec Passível de Propriedade Intelectual	---
2.1	Tipo	Produto	T4
2.2	Tipo	Processo	T4
2.3	Tipo	Desenho Industrial	T3
2.4	Tipo	Topografia de Circuito Integrado - Hardware	T3
2.5	Tipo	Programa de Computador	T3
2.6	Tipo	Indicação Geográfica	T3
2.7	Tipo	Marca	T3
2.8	Tipo	Cultivar	T3
3	Eixo	PTec Não passível de propriedade intelectual	---
3.1	Tipo	Produto não patenteável	T3
3.2	Tipo	Processo/tecnologia não patenteável	T4
3.3	Tipo	Tecnologia social	T4
3.4	Tipo	Modelo ou metodologia	T4
3.5	Tipo	Base de dados técnica-científica	T4
3.6	Tipo	Carta, mapa ou similar	T3
4	Eixo	PTec para Disseminação de Conhecimento	---
4.1	Tipo	Atividade associada a evento técnico ou científico	---
4.1.1	Subtipo	Organização de evento	T2
4.1.2	Subtipo	Participação em Comissão Científica	T2
4.1.3	Subtipo	Participação em mesa redonda	T2
4.1.4	Subtipo	Palestrante, conferencista	T2
4.2	Tipo	Atividades de comunicação e difusão de conhecimento	---
4.2.1	Subtipo	Produção de programas de mídia	T3
4.2.2	Subtipo	Artigo em jornal	T2
4.3	Tipo	Atividades de capacitação e especialização	T3
5	Eixo	Serviço Técnico Especializado	---
5.1	Tipo	Relatório técnico conclusivo	T4
5.2	Tipo	Assessoria e consultoria	T3

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

5.3	Tipo	Laudo técnico	T3
5.4	Tipo	Participação em comissão técnico-científica	T3
5.5	Tipo	Serviços de apoio à gestão pública	---
5.5.1	Subtipo	Avaliação de projeto, programa ou política	T3
5.5.2	Subtipo	Elaboração de norma ou marco regulatório	T4
5.6	Tipo	Acreditação de produção técnica	---
5.6.1	Subtipo	Declaração de impacto de produção técnica	T3
5.6.2	Subtipo	Declaração de interesse do setor empresarial em produção sob sigilo	T3
5.7	Tipo	Serviço técnico associado à produção artística	T3
5.8	Tipo	Outro tipo de serviço técnico especializado	T2

Critérios de Pontuação

A classificação da produção técnica nos estratos T1 a T4 é efetuada com base nas dimensões de avaliação de sua relevância (demanda, abrangência, complexidade e impacto), levando em consideração os limites máximos estabelecidos na Tabela anterior. São considerados apenas os itens de produção técnica que tenham aderência ao programa de Pós-graduação caracterizada pela participação dos docentes permanentes, alunos e vinculação às linhas de pesquisa, projetos, bem como aos trabalhos de conclusão de curso (dissertações e teses).

Abaixo, estão relacionados os tipos de produção técnica ou tecnológica que não pontuam na avaliação dos programas.

Eixo	Tipo	Subtipo ou natureza sem pontuação
Eixo 1 - Produção de material bibliográfico ou documental	Material didático/instrucional	De produção espontânea e sem avaliação editorial
	Relatório conclusivo de pesquisa aplicada	Sem demanda identificada
	Manual de operação técnica	Revisão de manual
	Protocolo tecnológico	Revisão de protocolo
Eixo 3 - PTec instrumental, não passível de proteção por Propriedade Intelectual	Carta, mapa ou similar	De baixa complexidade
Eixo 5 – Serviços técnicos especializados	Laudo técnico	De baixa complexidade
	Serviço técnico associado à produção artística	De baixa complexidade

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	Demais serviços técnicos	Visita técnica ou acadêmica
	Declaração de impacto de produção técnica ou tecnológica	Autodeclaração ou declaração sem relevância
	Declaração de interesse do setor empresarial em produção sob sigilo	Autodeclaração ou declaração sem relevância
Todos os Eixos	Produção técnica ou tecnológica sem aderência ao Programa	

Para cada estrato corresponde uma pontuação, conforme Tabela abaixo:

Estrato	Pontuação
T1	0,5
T2	1,0
T3	1,5
T4	2,0

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

V – Fichas de Avaliação para o triênio 2010-2012

MESTRADO (ACADÊMICO) E DOUTORADO

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização das áreas de concentração, linhas de pesquisa, projetos em andamento e proposta curricular.	40%	<p>A adequação da Proposta do Programa é pré-requisito da avaliação. Avalia-se qualitativamente sua coerência, consistência, abrangência e atualidade, requerendo, portanto, cuidado especial à sua apresentação.</p> <p>Neste quesito avalia-se a adequação do programa às diretrizes de interdisciplinaridade em conformidade com os conceitos definidos no Documento de Área. Avalia-se como o programa incorpora a interdisciplinaridade como método de produção do conhecimento e formação de recursos humanos, sua exequibilidade e potencial de consolidação. Da mesma forma, verifica-se a adequação, coerência, abrangência, atualização e integração da estrutura curricular, das linhas e projetos de pesquisa, das áreas de concentração, bem como da infraestrutura para a geração de conhecimento e formação interdisciplinares. Devem estar claros os objetivos do programa, o perfil do público alvo, a demanda de mercado e a atuação do egresso. Verifica-se a articulação entre objetivos, estrutura curricular, linhas de pesquisa e projetos e áreas de concentração.</p> <p>Seguindo o determinado pelas Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, as modificações na composição do corpo docente, decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, deverão ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do programa, e serão objeto de avaliação.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>1.2. Planejamento do programa com vistas a seu desenvolvimento futuro, contemplando os desafios internacionais da área na produção do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social mais rica dos seus egressos, conforme os parâmetros da área.</p>	<p>40%</p>	<p>Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Avalia-se as perspectivas do Programa com vistas a seu desenvolvimento, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento com padrão de excelência de centros internacionais, seus propósitos na melhor formação interdisciplinar de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.</p>
<p>1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e, se for o caso, extensão.</p>	<p>20%</p>	<p>Examina-se a adequação da infraestrutura para a formação interdisciplinar, para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais e mais gerais de pesquisa, a infraestrutura de informática e de biblioteca disponíveis para o Programa.</p>
<p>2 – Corpo Docente</p>		
<p>2.1. Perfil do corpo docente, consideradas titulação, diversificação na origem de formação, aprimoramento e experiência, e sua compatibilidade e adequação à Proposta do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>São observados a participação de docentes permanentes com experiência em pesquisa e orientação; a estabilidade, integração e maturidade acadêmico-científica da equipe; a diversidade de instituições de formação e titulação dos docentes permanentes; a distribuição do corpo docente pelas linhas de pesquisa e estrutura curricular e pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta; o grau de interdisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa.</p>
<p>2.2. Adequação e dedicação dos docentes permanentes em relação às atividades de pesquisa e de formação do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 02/2012. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área recomenda que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes; que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>superem, juntas, 30% do quadro total de docentes. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portarias CAPES nº 01 e nº 02/2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa. A Área recomenda que o corpo docente permanente deve ter, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades da Pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a oito, considerando todos os programas em que participa.</p> <p>A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos de agências de fomento; a existência de projetos integradores com participação de docentes de diferentes áreas de origem que atendam a interdisciplinaridade proposta; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de pesquisa.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa e de formação entre os docentes do programa.</p>	<p>30%</p>	<p>É observado se as atividades de orientação e a carga horária em disciplinas estão bem distribuídas pelo quadro de permanentes; e se todos os docentes do programa estão envolvidos em atividades de pesquisa.</p>
<p>2.4. Contribuição dos docentes para atividades de ensino e/ou de pesquisa na graduação, com atenção tanto à repercussão que este</p>	<p>10%</p>	<p>Avalia-se a contribuição dos docentes permanentes para a graduação, sem prejuízo da dedicação às atividades do programa; o número de docentes permanentes que atuam na graduação; a participação discente de graduandos nos projetos e na produção</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

item pode ter na formação de futuros ingressantes na PG, quanto (conforme a área) na formação de profissionais mais capacitados no plano da graduação.		do programa; a existência de fomento institucional à pesquisa e a orientação de bolsistas de extensão, iniciação científica ou tecnológica por docentes permanentes do programa.
3 – Corpo Discente, Teses e Dissertações	35%	
3.1. Quantidade de teses e dissertações defendidas no período de avaliação, em relação ao corpo docente permanente e à dimensão do corpo discente.	15%	São verificados os números de dissertações e teses defendidas e aprovadas no período e sua proporção em relação ao corpo docente permanente e ao corpo discente. O Índice de Orientação (IndOri) é calculado da seguinte forma: IndOri = (A + 2 B) / C A = Número de dissertações defendidas e aprovadas B = Número de teses defendidas e aprovadas C = Número total de docentes permanentes
3.2. Distribuição das orientações das teses e dissertações defendidas no período de avaliação em relação aos docentes do programa.	20%	Observa-se o número de orientadores do quadro permanente com teses e/ou dissertações defendidas no período e o número total de alunos matriculados no programa, em relação ao número total de docentes permanentes. Participações nos programas Minter ou Dinter são consideradas exceções e avaliadas qualitativamente.
3.3. Qualidade das Teses e Dissertações e da produção de discentes autores da pós-graduação e da graduação (no caso de IES com curso de graduação na área) na produção científica do programa, aferida por publicações e outros indicadores pertinentes à área.	50%	Verifica-se a proporção de discentes da pós-graduação que são autores ou coautores de artigos completos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos qualificados, livros, capítulos de livros, produção técnica e produção artística. Avalia-se a produção do egresso da pós-graduação até três anos após a conclusão do curso. São observados a qualificação das bancas examinadoras e o vínculo das teses e dissertações às áreas de concentração e linhas de pesquisa. O Índice de Autoria Discente é calculado da seguinte forma:

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>IndAut = C / D</p> <p>C = Número de discentes da pós-graduação autores ou coautores D = Número total de alunos da pós-graduação</p> <p>O Índice de Autoria Discente em relação ao número de Teses e Dissertações defendidas é calculado da seguinte forma:</p> <p>IndDis = E / (A+B)</p> <p>A = Número de dissertações defendidas e aprovadas B = Número de teses defendidas e aprovadas E = Número de artigos completos em periódicos, trabalhos completos em anais de eventos científicos qualificados, livros, capítulos de livros, produção técnica e produção artística, vinculados a teses e dissertações, com coautoria discente. Não será considerada dupla contagem de uma mesma produção.</p> <p>Esses índices serão avaliados de forma qualitativa e comparativa entre os programas. Será, também, considerada a participação discente na produção qualificada em seus estratos mais elevados. Também são avaliados, de forma qualitativa, a participação de discentes da graduação na produção científica do programa e aspectos complementares, tais como qualidade das bancas examinadoras; vínculo das teses e dissertações às áreas de concentração e linhas de pesquisa; entre outros.</p>
<p>3.4. Eficiência do Programa na formação de mestres e doutores bolsistas: Tempo de formação de mestres e doutores e percentual de bolsistas titulados.</p>	<p>15%</p>	<p>É considerada a proporção de bolsistas que concluíram suas teses e dissertações e o tempo médio de titulação de bolsistas e não bolsistas.</p> <p>O fluxo de alunos também é analisado de forma a considerar possíveis fragilidades associadas a baixa demanda pelo curso, abandonos e desligamentos.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

4 – Produção Intelectual	35%	
4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.	55%	<p>A média anual da produção intelectual do Programa em periódicos será calculada tendo como referência o Sistema Qualis da Área Interdisciplinar. Serão determinados dois índices: 1) no IndArtProg a produção do programa em artigos é calculada utilizando o número absoluto (sem dupla contagem) de artigos publicados, pelos docentes permanentes por ano; 2) no IndArtDP a produção dos docentes permanentes em artigos é calculada utilizando o número de autorias por docente permanente por ano.</p> <p>Os índices IndArtProg e IndArtDP são obtidos pela mesma equação:</p> $\text{IndArtProg ou IndArtDP} = (1,0 \cdot A1 + 0,85 \cdot A2 + 0,7 \cdot B1 + 0,55 \cdot B2 + 0,4 \cdot B3 + 0,25 \cdot B4 + 0,1 \cdot B5) / (\text{número de docentes permanentes})$ <p>onde A1, A2, B1, B2, B3, B4, e B5 correspondem ao número de artigos publicados por ano pelos docentes permanentes do programa, que é multiplicado pelos pesos dos respectivos estratos. Porém, no IndArtProg considera-se o número de artigos do programa, calcula-se a produção média em periódicos do programa excluindo-se co-autorias, ou seja, cada artigo é contabilizado uma única vez. No IndArtDP calcula-se a produção média em periódicos por docente permanente, contabilizada a partir dos autores. Nesse caso, um mesmo artigo com N docentes permanentes como autor contribuirá para a produção dos N docentes, sendo contabilizado N vezes no índice.</p> <p>O IndArtProg é utilizado no cálculo do índice geral de produção do programa, INDPROD, juntamente com os demais produtos. A razão IndArtCD/IndArtProg fornece um indicador de co-autorias do programa por artigo publicado.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>A produção do programa veiculada em livros e capítulos de livros é baseada na avaliação física dos mesmos, realizada pelos consultores da Área, que classificam livros nos estratos L1 a L4 e capítulos nos estratos C1 a C4. O roteiro de classificação e a pontuação correspondente a cada estrato são definidos no Documento de Área. O índice de produção médio anual em livros do programa, publicados por docente permanente, é dado por:</p> $\text{IndLiv} = (2,0 \cdot L4 + 1,5 \cdot L3 + 1,0 \cdot L2 + 0,5 \cdot L1) /$ <p>(número de docentes permanentes)</p> <p>onde L4, L3, L2, L1 correspondem ao número de livros publicados nestes estratos, que é multiplicado pelos pesos dos respectivos estratos. O índice de produção médio anual em capítulos do programa, publicados pelos docentes permanentes, é dado por:</p> $\text{IndCap} = (1,00 \cdot C4 + 0,75 \cdot C3 + 0,5 \cdot C2 + 0,25 \cdot C1) /$ <p>(número de docentes permanentes)</p> <p>onde C4, C3, C2, C1 correspondem ao número de capítulos publicados, respectivamente, em livros classificados nos estratos L4, L3, L2, L1, que é multiplicado pelos pesos respectivos.</p> <p>A produção do programa de trabalhos completos em Anais de Eventos é levada em conta a partir da classificação dos eventos nos estratos E1 a E4. A classificação dos eventos e a pontuação correspondente a cada estrato são definidas no Documento de Área. O índice de produção médio anual do programa em Anais de Eventos, referente a trabalhos completos publicados por docentes permanentes, é dado por:</p> $\text{IndEve} = (0,5 \cdot E4 + 0,3 \cdot E3 + 0,15 \cdot E2 + 0,05 \cdot E1) /$ <p>(número de docentes permanentes)</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>em que cada produto dessa natureza em cada estrato vem multiplicado pelo peso respectivo.</p> <p>A Área Interdisciplinar possui diversidade de programas, com focos em diferentes produções, sendo que alguns apresentam maior produção em periódicos, outros em livros e capítulos. Para alguns programas, pela necessária rapidez na divulgação de seus resultados, tem relevância a publicação de trabalhos completos em eventos. Pela sua natureza, alguns programas têm perfil para produção técnica ou tecnológica que necessita ser igualmente valorizada. Portanto, na avaliação da produção qualificada a área considera um índice global de produção do programa, o INDPROD, que é obtido pela soma dos índices referentes a cada produto:</p> $\text{INDPROD} = \text{IndArtProg} + \text{IndLiv} + \text{IndCap} + \text{IndEve} + \text{IndTec}$ <p>sendo cada índice especificado anteriormente e o IndTec definido no item 4.3.</p> <p>Obs.:</p> <p>1 – Para evitar concentração da produção em periódicos dos estratos B4 e B5, em eventos dos estratos E1 e E2, em produtos técnicos dos estratos T1 a Área determinou que esta produção, quando aplicável, só será contabilizada até o limite de 20% do total de produção que compõe o indicador INDPROD.</p> <p>2 – A contribuição do IndEve + IndTec para o INDPROD não poderá ser superior à contribuição da soma dos índices referentes à produção em periódicos, livros e capítulos.</p> <p>3 - No cálculo do IndCap, a pontuação total dos capítulos em um mesmo livro não poderá ultrapassar a pontuação da obra completa.</p>
4.2. Distribuição de publicações qualificadas em	30%	A produção qualificada do programa, contabilizada no INDPROD , deve estar distribuída equilibradamente

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

relação ao corpo docente permanente do Programa.		por pelo menos 50% do quadro docente permanente.
4.3. Produção técnica, patentes e outras produções consideradas relevantes.	10%	<p>Considera-se o vínculo com a Proposta do Programa, com suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A Área considera que a avaliação da produção técnica deve enfatizar o benefício que as mesmas estão trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa, bem como seu impacto social.</p> <p>A produção técnica do programa é levada em conta a partir da classificação dessa produção nos estratos T1 a T4. A especificação dos produtos e a pontuação correspondente a cada estrato são definidos no Documento de Área. O índice de produção técnica médio anual do programa, pelos docentes permanentes, é dado por:</p> $\text{IndTec} = (2,0 * T4 + 1,5 * T3 + 1,0 * T2 + 0,5 * T1) /$ <p style="text-align: center;">(número de docentes permanentes)</p> <p>em que cada produto dessa natureza em cada estrato vem multiplicado pelo peso respectivo. O IndTec contribuirá para a produção global do programa, INDPROD, calculada no item 4.1</p>
4.4. Produção artística, nas áreas em que tal tipo de produção for pertinente.	5%	A produção artística será avaliada com base no Qualis da Área de Artes/Música.
5 – Inserção Social	10%	
5.1. Inserção e impacto regional e (ou) nacional do programa.	40%	São observados os impactos educacional, social, cultural e tecnológico/econômico do programa. Considera-se a inserção dos egressos no mercado de trabalho, a inserção de produtos, processos, serviços nas comunidades e a capacidade do Programa atrair candidatos de diversas regiões do país e do exterior. Quanto ao item impacto educacional, enfatizam-se as

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		ações junto ao Ensino Fundamental e Médio no âmbito local, regional e nacional, e a disponibilização de material didático e de divulgação científica na página do programa.
5.2. Integração e cooperação com outros programas e centros de pesquisa e desenvolvimento profissional, relacionados à área de conhecimento do programa, com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação.	40%	Avalia-se a existência de intercâmbios, parcerias, projetos de cooperação e produção conjunta com outros programas e centros de pesquisa. É também avaliada a mobilidade discente e docente nacional e internacional.
5.3. Visibilidade ou transparência dada pelo programa à sua atuação.	20%	É verificada a disponibilização <i>online</i> das Teses e Dissertações. Avalia-se também a manutenção de uma página web atualizada do programa, com informações acessíveis para o público em geral contendo: a apresentação de sua proposta, áreas de concentração, linhas de pesquisa, corpo docente, grade curricular, regimento e editais de seleção. Para os programas candidatos às notas 6 e 7 é importante disponibilizar versão em inglês e espanhol dessas informações.

MESTRADO PROFISSIONAL

Quesitos / Itens	Peso	Definições e Comentários sobre o Quesito/Itens
1 – Proposta do Programa	0%	
1.1. Coerência, consistência, abrangência e atualização da(s) área(s) de concentração, linha(s) de atuação, projetos em andamento, proposta curricular com os objetivos do Programa.	40%	Neste item verifica-se a adequação do Programa às diretrizes de interdisciplinaridade. Avalia-se como o Programa incorpora a interdisciplinaridade como método de produção e formação de recursos humanos, sua exequibilidade e potencial de consolidação. Verifica-se a adequação, coerência, consistência, abrangência e atualização da estrutura curricular, das linhas de atuação e projetos e das áreas de concentração, a integração e articulação entre as mesmas e destas com os objetivos do

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		Programa. Devem estar claros os objetivos, o perfil do público alvo, a demanda de mercado e a atuação do egresso. O conjunto de atividades, áreas de concentração, linhas de atuação, projetos, disciplinas e ementas, devem atender às características do campo profissional e aos objetivos da modalidade Mestrado Profissional.
1.2. Coerência, consistência e abrangência dos mecanismos de interação efetiva com outras instituições, atendendo a demandas sociais, organizacionais ou profissionais.	20%	Examina-se o conjunto de mecanismos de interação com outras instituições e as atividades previstas junto aos respectivos campos profissionais e se estes são efetivos e coerentes para o desenvolvimento desses campos/setores e se estão em consonância com a qualificação do corpo docente.
1.3. Infraestrutura para ensino, pesquisa e administração.	20%	Examina-se a adequação da infraestrutura para a formação profissional interdisciplinar, para o ensino, a pesquisa, a administração, as condições laboratoriais ou de pesquisa de campo, áreas de informática e a biblioteca disponível para o Programa.
1.4. Planejamento do Programa visando ao atendimento de demandas atuais ou futuras de desenvolvimento nacional, regional ou local, por meio da formação de profissionais capacitados para a solução de problemas e práticas de forma inovadora.	20%	Este item constitui uma síntese de como o programa se vê, aprecia seu passado e projeta seu futuro. Avalia-se as perspectivas do Programa com vistas a seu desenvolvimento, contemplando os desafios da área na produção e aplicação do conhecimento, seus propósitos na melhor formação de seus alunos, suas metas quanto à inserção social e profissional mais rica dos seus egressos conforme os parâmetros da área.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

2. Corpo Docente	15%	
2.1. Perfil do corpo docente, considerando experiência como pesquisador e/ou profissional, titulação e sua adequação à Proposta do Programa.	50%	<p>Deverá apresentar, de forma equilibrada, corpo docente integrado por doutores, profissionais e técnicos com experiência em pesquisa aplicada ao desenvolvimento e à inovação (conforme o estabelecido no Art. 7º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009).</p> <p>São observados a atuação do Corpo Docente em pesquisa, desenvolvimento e inovação nas áreas de concentração do Mestrado Profissional; a experiência em orientação, estabilidade, integração e maturidade técnico-científica da equipe; a distribuição do corpo docente pelas linhas de atuação, estrutura curricular e pelas áreas disciplinares que abrangem a proposta; o grau de interdisciplinaridade, compatibilidade e integração do corpo docente com a Proposta do Programa.</p> <p>Seguindo o determinado pela Portaria CAPES nº 01/2012, as modificações na composição do corpo docente (definida na Portaria CAPES nº 02/2012), decorrentes dos processos de credenciamento e descredenciamento, devem ser apresentadas e justificadas no quesito Proposta do Programa, e serão objeto de avaliação. Os docentes permanentes não-doutores, com comprovada e pertinente experiência profissional têm sua atuação definida pela Portaria Normativa MEC nº 17/2009.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>2.2. Adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes para o desenvolvimento das atividades de pesquisa e formação do Programa.</p>	<p>30%</p>	<p>As categorias de docentes no programa devem respeitar as definições estabelecidas pela Portaria CAPES nº 02/2012. Observa-se o equilíbrio na composição e na distribuição pelas categorias permanentes, colaboradores e visitantes. A Área recomenda que os programas sejam compostos com um mínimo de 12 docentes permanentes, que as demais categorias, colaboradores e visitantes, não superem, juntas, 30% do quadro de docentes permanentes. Os docentes permanentes devem ter majoritariamente, de acordo com as Portaria CAPES nº 01/2012, regime de dedicação de 40 horas semanais de trabalho na instituição. Respeitadas as exceções previstas na Portaria CAPES nº 01/2012, ao menos 50% do tempo de contrato dos docentes permanentes devem ser dedicados às atividades do programa. A Área recomenda que o corpo docente permanente tenha, no mínimo, 20 horas de dedicação às atividades da Pós-graduação, que incluem ensino, pesquisa e orientação. A Área recomenda que o número máximo de orientandos por docente permanente não seja superior a oito, considerando todos os programas em que participa.</p> <p>A atuação docente é avaliada levando em consideração a liderança em projetos temáticos; a obtenção de financiamentos; a existência de projetos integradores com participação de docentes de diferentes áreas de origem que atendam a interdisciplinaridade proposta; a relevância da pesquisa nos níveis regional, nacional e internacional, bem como seu impacto na formação de recursos humanos. Examina-se a participação de docentes em projetos de pesquisa científicos e tecnológicos financiados pelo setor industrial ou pela área de política social correspondente. É também considerada a capacidade do corpo docente permanente em estabelecer colaborações técnico-científicas e intercâmbios entre grupos de P, D & I.</p>
<p>2.3. Distribuição das atividades de pesquisa, projetos de desenvolvimento e inovação e de formação entre os docentes do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>É avaliada a distribuição das atividades de ensino, pesquisa, desenvolvimento e orientação entre os docentes permanentes. Considera-se, na distribuição, o envolvimento em atividades de graduação, se pertinente.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

3. Corpo Discente e Trabalhos de Conclusão	30%	
3.1. Quantidade de trabalhos de conclusão (MP) aprovados no período e sua distribuição em relação ao corpo discente titulado e ao corpo docente do programa.	30%	É verificado se a proporção de trabalhos de conclusão aprovados é adequada e se indicam atuação efetiva do corpo docente na orientação. São tratados de forma diferenciada Programas com turmas intermitentes. Verifica-se a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10º da Portaria Normativa MEC no 17/2009) concluídos e o número de alunos matriculados no período. Verifica-se também a relação entre o número de trabalhos (conforme preconizado no Art. 10º da Portaria Normativa MEC nº 17/2009) concluídos e o número de docentes do programa.
3.2. Qualidade dos trabalhos de conclusão produzidos por discentes e egressos.	50%	Examina-se as publicações em revistas, livros e outros meios de divulgação científica ou técnica. Examina-se também a produção técnica que não foi objeto de publicação dos alunos e egressos. É esperado que o trabalho de conclusão gere produção intelectual ou técnica, com efetiva participação do discente. A produção intelectual e técnica do egresso será considerada até três anos após a conclusão do Curso. No caso de situações de sigilo envolvidas no trabalho de conclusão, recomenda-se o fornecimento dessas informações na parte textual do relatório coleta-CAPES. Destaca-se a importância da divulgação e disseminação de conhecimento e inovação resultante da produção técnica.

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>3.3. Aplicabilidade dos trabalhos produzidos.</p>	<p>20%</p>	<p>Examina-se a aplicabilidade do trabalho de mestrado desenvolvido junto à empresas, a órgãos públicos ou privados, etc. É importante que o trabalho de conclusão gere aplicação dos seus resultados. Devem ser informados na parte textual do relatório-COLETA os principais impactos produzidos, recomendando-se fortemente a utilização de indicadores quantitativos ou qualitativos, tipo “antes/depois”.</p> <p>Recomenda-se que informações sobre os trabalhos de conclusão e sobre a atuação do egresso, durante pelo menos três anos após sua titulação, sejam disponibilizadas na parte textual do relatório, de maneira objetiva, destacando-se em que condições ele foi aplicado. Deve ser dito com clareza qual o diagnóstico do problema e quais as soluções apontadas, se foram ou não implementadas, por quê, e com que resultados.</p>
<p>4. Produção Intelectual</p>	<p>30%</p>	
<p>4.1. Publicações qualificadas do Programa por docente permanente.</p>	<p>40%</p>	<p>A média anual da produção intelectual do Programa em periódicos será calculada tendo como referência o Sistema Qualis da Área Interdisciplinar. Serão determinados dois índices: 1) no IndArtProg a produção do programa em artigos é calculada utilizando o número absoluto (sem dupla contagem) de artigos publicados, pelos docentes permanentes por ano; 2) no IndArtDP a produção dos docentes permanentes em artigos é calculada utilizando o número de autorias por docente permanente por ano.</p> <p>Os índices IndArtProg e IndArtDP são obtidos pela mesma equação:</p> $\text{IndArtProg ou IndArtDP} = (1,0 \cdot A1 + 0,85 \cdot A2 + 0,7 \cdot B1 + 0,55 \cdot B2 + 0,4 \cdot B3 + 0,25 \cdot B4 + 0,1 \cdot B5) / (\text{número de docentes permanentes})$

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>onde A1, A2, B1, B2, B3, B4, e B5 correspondem ao número de artigos publicados por ano pelos docentes permanentes do programa, que é multiplicado pelos pesos dos respectivos estratos. Porém, no IndArtProg considera-se o número de artigos do programa, calcula-se a produção média em periódicos do programa excluindo-se co-autorias, ou seja, cada artigo é contabilizado uma única vez. No IndArtDP calcula-se a produção média em periódicos por docente permanente, contabilizada a partir dos autores. Nesse caso, um mesmo artigo com N docentes permanentes como autor contribuirá para a produção dos N docentes, sendo contabilizado N vezes no índice.</p> <p>O IndArtProg é utilizado no cálculo do índice geral de produção do programa, INDPROD, juntamente com os demais produtos. A razão IndArtCD/IndArtProg fornece um indicador de co-autorias do programa por artigo publicado.</p> <p>A produção do programa veiculada em livros e capítulos de livros é baseada na avaliação física dos mesmos, realizada pelos consultores da Área, que classificam livros nos estratos L1 a L4 e capítulos nos estratos C1 a C4. O roteiro de classificação e a pontuação correspondente a cada estrato são definidos no Documento de Área. O índice de produção médio anual em livros do programa, publicados por docente permanente, é dado por:</p> <p>IndLiv = (2,0*L4 + 1,5*L3 + 1,0*L2 + 0,5*L1) / (número de docentes permanentes)</p> <p>onde L4, L3, L2, L1 correspondem ao número de livros publicados nestes estratos, que é multiplicado pelos pesos dos respectivos estratos. O índice de produção médio anual em capítulos do programa, publicados pelos docentes permanentes, é dado por:</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>IndCap = (1,00*C4 + 0,75*C3 + 0,5*C2 + 0,25*C1) / (número de docentes permanentes)</p> <p>onde C4, C3, C2, C1 correspondem ao número de capítulos publicados, respectivamente, em livros classificados nos estratos L4, L3, L2, L1, que é multiplicado pelos pesos respectivos.</p> <p>A produção do programa de trabalhos completos em Anais de Eventos é levada em conta a partir da classificação dos eventos nos estratos E1 a E4. A classificação dos eventos e a pontuação correspondente a cada estrato são definidas no Documento de Área. O índice de produção médio anual do programa em Anais de Eventos, referente a trabalhos completos publicados por docentes permanentes, é dado por:</p> <p>IndEve = (0,5*E4 + 0,3*E3 + 0,15*E2 + 0,05*E1) / (número de docentes permanentes)</p> <p>em que cada produto dessa natureza em cada estrato vem multiplicado pelo peso respectivo.</p> <p>A Área Interdisciplinar possui diversidade de programas, com focos em diferentes produções, sendo que alguns apresentam maior produção em periódicos, outros em livros e capítulos. Para alguns programas, pela necessária rapidez na divulgação de seus resultados, tem relevância a publicação de trabalhos completos em eventos. Pela sua natureza, alguns programas têm perfil para produção técnica ou tecnológica que necessita ser igualmente valorizada. Portanto, na avaliação da produção qualificada a área considera um índice global de produção do programa, o INDPROD, que é obtido pela soma dos índices referentes a cada produto:</p>
--	--

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>INDPROD = IndArtProg + IndLiv + IndCap + IndEve + IndTec</p> <p>sendo cada índice especificado anteriormente e o IndTec definido no item 4.2.</p> <p>Obs.:</p> <p>1 – Para evitar concentração da produção em periódicos dos estratos B4 e B5 e em eventos dos estratos E1 e E2, a Área determinou que esta produção só será contabilizada até o limite de 20% do total de produção que compõe o indicador INDPROD. No mesmo sentido, a produção técnica no estrato T1 só será contabilizada até o limite de 40%.</p> <p>2 – A contribuição do IndEve + IndTec para o INDPROD não poderá ser superior à contribuição da soma dos índices referentes à produção em periódicos, livros e capítulos.</p> <p>3 - No cálculo do IndCap, a pontuação total dos capítulos em um mesmo livro não poderá ultrapassar a pontuação da obra completa.</p>
<p>4.2. Produção artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes.</p>	<p>20%</p>	<p>Nesse item são avaliadas as produções artística, técnica, patentes, inovações e outras produções consideradas relevantes, que incluem: publicações técnicas para organismos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais (livros); artigos publicados em periódicos técnicos; participação em comitês técnicos internacionais, nacionais, estaduais ou municipais; editoria de periódicos técnicos como editor científico, associado ou revisor; elaboração de protocolos, normas ou programas; consultoria ou assessoria técnica; produtos técnicos; protótipos; patentes; cursos de aperfeiçoamento; capacitação ou especialização para profissionais da área.</p> <p>Considera-se o vínculo com a Proposta do Programa, com suas Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos, e a coautoria discente (teses e dissertações que geraram esses produtos). A Área considera que a</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>avaliação da produção técnica deve enfatizar o benefício que a mesma está trazendo para a formação de recursos humanos no nível de pós-graduação, no contexto do programa, bem como seu impacto social.</p> <p>A produção técnica do programa é levada em conta a partir da classificação dessa produção nos estratos T1 a T4. A especificação dos produtos e a pontuação correspondente a cada estrato são definidos no Documento de Área. O índice de produção técnica médio anual do programa, pelos docentes permanentes, é dado por:</p> $\text{IndTec} = (2,0 \cdot T4 + 1,5 \cdot T3 + 1,0 \cdot T2 + 0,5 \cdot T1) /$ <p>(número de docentes permanentes)</p> <p>em que cada produto dessa natureza em cada estrato vem multiplicado pelo peso respectivo. O IndTec contribuirá para a produção global do programa, INDPROD, calculada no item 4.1</p>
4.3. Distribuição da produção científica e técnica ou artística em relação ao corpo docente permanente do programa.	20%	A produção qualificada do programa, contabilizada no INDPROD , e a produção geral analisada no item 4.2, devem estar distribuídas equitativamente por pelo menos 50% do quadro docente permanente.
4.4. Articulação da produção artística, técnica e científica entre si e com a proposta do programa.	20%	Considera-se a articulação entre a produção artística, técnica e a publicação científica qualificada com a Proposta do Programa, objetivos, Áreas de Concentração, Linhas de Pesquisa e Projetos.
5. Inserção Social	25%	
5.1. Impacto do Programa.	40%	É avaliado se a formação de recursos humanos qualificados para a sociedade busca atender os objetivos definidos para a modalidade Mestrado Profissional, contribuindo para o desenvolvimento dos discentes envolvidos no projeto, das organizações públicas ou privadas e da sociedade. É aferido o atendimento obrigatório de uma ou mais dimensões

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

	<p>de impacto (social, educacional, sanitário, tecnológico, econômico, ambiental, cultural, artístico e legal, entre outras), nos níveis local, regional ou nacional.</p> <p>Não se espera que os Programas atendam a todos eles, cada um tendo sua própria especificidade. Entretanto, a inserção e interação com o respectivo setor externo / social é indispensável no caso de um Programa Profissional, e deve produzir resultados relevantes que possam ser objetivamente descritos e apreciados.</p> <p>a) Impacto social: formação de recursos humanos qualificados para a Administração Pública ou a sociedade que possam contribuir para o aprimoramento da gestão pública e a redução da dívida social, ou para a formação de um público que faça uso dos recursos da ciência e do conhecimento no melhoramento das condições de vida da população e na resolução dos mais importantes problemas sociais do Brasil.</p> <p>b) Impacto educacional: contribuição para a melhoria da educação básica e superior, o ensino técnico/profissional e para o desenvolvimento de propostas inovadoras de ensino.</p> <p>c) Impacto tecnológico: contribuição para o desenvolvimento local, regional e/ou nacional destacando os avanços gerados no setor empresarial; disseminação de técnicas e de conhecimentos.</p> <p>d) Impacto econômico: contribuição para maior eficiência nas organizações públicas ou privadas, tanto de forma direta como indireta.</p> <p>e) Impacto sanitário: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para a gestão sanitária bem como na formulação de políticas específicas da área da Saúde.</p> <p>f) Impacto cultural: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento cultural, formulando políticas</p>
--	---

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

		<p>culturais e ampliando o acesso à cultura e ao conhecimento.</p> <p>g) Impacto artístico: contribuição para a formação de recursos humanos qualificados para o desenvolvimento artístico, formulando propostas e produtos inovadores.</p> <p>h) Impacto profissional: contribuição para a formação de profissionais que possam introduzir mudanças na forma como vem sendo exercida a profissão, com avanços reconhecidos pela categoria profissional.</p> <p>i) Impacto legal: contribuição para a formação de profissionais que possam aprimorar procedimentos e a normatização na área jurídica, em particular entre os operadores do Direito, com resultados aplicáveis na prática forense.</p>
<p>5.2. Integração e cooperação com outros Cursos/Programas com vistas ao desenvolvimento da pós-graduação.</p>	<p>20%</p>	<p>Avalia-se a participação em projetos de cooperação e intercâmbio com outros Programas, dentro das modalidades de Profissional. Considera-se, particularmente, a participação em projetos de cooperação entre Cursos/Programas com níveis de consolidação diferentes, voltados para a inovação, pesquisa, desenvolvimento da pós-graduação ou desenvolvimento econômico, tecnológico e/ou social, particularmente em locais com menor capacitação científica ou tecnológica.</p>
<p>5.3. Integração e cooperação com organizações e/ou instituições setoriais relacionados à área de conhecimento do Programa, com vistas ao desenvolvimento de novas soluções, práticas, produtos ou serviços nos ambientes profissional e/ou acadêmico.</p>	<p>20%</p>	<p>Avalia-se a participação em convênios ou programas de cooperação com organizações, conselhos, corporações profissionais e instituições setoriais, voltados para a inovação na pesquisa, o avanço da pós-graduação ou o desenvolvimento tecnológico, econômico e/ou social no respectivo setor ou região; a abrangência e quantidade de organizações/instituições a que estão vinculados os alunos; a introdução de novos produtos ou serviços (educacionais, tecnológicos, diagnósticos, etc.), no âmbito do Curso, que contribuam para o desenvolvimento local, regional ou nacional.</p>

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

<p>5.4. Divulgação e transparência das atividades e da atuação do Programa.</p>	<p>20%</p>	<p>A divulgação sistemática do Curso, atualizada, poderá ser realizada de diversas formas, com ênfase na manutenção de página na internet. Entre outros itens, é importante a descrição pública de objetivos, estrutura curricular, critérios de seleção de alunos, corpo docente, produção técnica, científica ou artística dos docentes e alunos, financiamentos recebidos de agências públicas de fomento e de entidades privadas, parcerias institucionais, difusão do conhecimento relevante e de boas práticas profissionais, entre outros. A procura de candidatos pelo Curso pode ser considerada desde que relativizada pelas especificidades regionais e de campo de atuação. Examina-se a divulgação dos trabalhos finais, resguardadas as situações em que o sigilo deve ser preservado (Art. 2º da Portaria CAPES nº 13/2006).</p>
---	-------------------	---

VI. Considerações e definições sobre Internacionalização/Inserção Internacional

A internacionalização é caracterizada quando o Programa demonstrar, além dos parâmetros de excelência citados, principalmente com relação ao corpo docente permanente e discente: proporção significativa de docentes participando como visitantes em programas de IES ou centros de pesquisa estrangeiros; proporção significativa de docentes com estágio pós-doutoral em IES ou centros de pesquisa estrangeiros; recepção de professores visitantes estrangeiros no triênio; intercâmbio de alunos com IES estrangeiras, sobretudo através de bolsas-sanduíche; orientação de alunos de origem estrangeira; titulação de alunos em cotutela com outros países; intercâmbios envolvendo financiamentos recíprocos entre parceiros; participação em bancas no exterior; produção intelectual em cooperação com pesquisadores estrangeiros; participação em projetos de cooperação internacional, inclusive com países em desenvolvimento e países da América do Sul; participação em editais internacionais; formação de recursos humanos envolvendo países em menor grau de desenvolvimento, incluindo os da África e América Latina; participação de docentes e discentes em eventos científicos de caráter internacional; conferências e palestras no exterior; prêmios de reconhecimento internacional; o financiamento internacional de atividades de Pós-graduação; participação em comitês editoriais, em revisão de publicações e em editoria de periódicos de circulação internacional; publicação de periódicos em língua estrangeira e com inserção internacional; participação em

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

diretorias de associações científicas internacionais; participação em projetos de pesquisa envolvendo grupos de pesquisa de instituições estrangeiras; participação em convênios baseados em reciprocidade na forma de redes de pesquisa, destino dos egressos, com indicadores de alunos que estão atuando em IES, em programas de Pós-graduação ou outras atividades profissionais de destaque no país e no exterior.

Quanto à liderança na área, o Programa deve demonstrá-la por meio de atração de alunos de diferentes regiões do país e de outros países; proporção significativa de docentes permanentes participando de comitês de área no CNPq, DECIT, FINEP, CAPES e de agências de fomento nacionais e agências de fomento internacionais; premiações, nacionais ou internacionais, recebidas pelos docentes permanentes que tenham relação com as atividades de pesquisa e orientação; proporção significativa de docentes permanentes participando de diretorias de associações científicas nacionais e internacionais; participação de docentes permanentes em cargos relevantes para a política nacional na Área associada ao Programa, em especial da educação, saúde e ciência e tecnologia.

Com relação à nucleação, o Programa deve demonstrar a participação de egressos em atividades de ensino de graduação, Pós-graduação e pesquisa em outras IES da região, em outras regiões do país ou em outros países.

No que se refere à solidariedade, o Programa deve demonstrar cooperação com programas com nota 3 ou 4 ou com grupos que ainda não apresentam curso de Pós-graduação *stricto sensu*. Essa cooperação pode acontecer por meio de projetos como Minter, Dinter, Procad; por forma associativa com IES para promover a criação e consolidação de cursos de Pós-graduação, sobretudo em outras regiões do país ou em países com menor grau de desenvolvimento na Pós-graduação; assessoria para a formulação de propostas de cursos novos; participação em projetos conjuntos com grupos de pesquisa não consolidados; participação em disciplinas, seminários e oficinas em outros cursos de Pós-graduação; parceria de docência, pesquisa e orientação em países com menor grau de desenvolvimento na Pós-graduação; participação em cursos em associação ampla.

Os esforços em prol da internacionalização da Pós-Graduação brasileira vêm sendo paulatinamente intensificados na Área Interdisciplinar e começam a ser evidenciados nas notas atribuídas aos Programas a esta vinculados. Os programas já consolidados na Área se equiparam a semelhantes em centros interdisciplinares internacionais de excelência. Algumas temáticas desses programas incluem a modelagem computacional e computação aplicada, estudos do envelhecimento humano, vigilância sanitária, informática na educação, política

DOCUMENTO DE ÁREA 2013

científica e tecnológica, políticas públicas, ecologia aplicada, agronegócio, desenvolvimento rural e desenvolvimento sustentável. Regionalmente, os programas com grau de internacionalização mais destacados se concentram nas regiões Sul e Sudeste. Há ainda programas em associação com instituições estrangeiras na América do Sul e África em agroeconomia e ciências sociais aplicadas. A Área tem também registrado forte demanda em doutorados sanduiche e pós-doutorados nos Estados Unidos e Europa.

A inserção internacional pode ser característica de programas de Pós-graduação reconhecidos na CAPES com qualquer nota, dependendo de suas especificidades. No entanto, as notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para programas com doutorado, classificados com nota 5 na primeira etapa de realização da avaliação trienal e que, necessária e obrigatoriamente, apresentem desempenho equivalente ao de centros internacionais de excelência da área. Esses programas deverão ter um nível de desempenho altamente diferenciado em relação aos demais programas da área. O Programa candidato à nota 6 ou 7 deverá atingir excelência nos cinco quesitos da Ficha de Avaliação de Programas da CAPES e apresentar:

- nível de qualificação, de produção e de desempenho equivalentes ao de centros internacionais de excelência na formação de recursos humanos;
- consolidação e liderança nacional como formador de recursos humanos para pesquisa e Pós-graduação, bem como ser reconhecido como centro de produção de conhecimentos de excelência;
- liderança nacional na nucleação de programas de Pós-graduação e de grupos de pesquisa;
- inserção e impacto regional e nacional, integração e solidariedade com outros programas com vistas ao desenvolvimento da pesquisa e da Pós-graduação;
- visibilidade e transparência na sua atuação.

As notas 6 e 7 são reservadas exclusivamente para os programas com doutorado que obtiveram nota 5 e conceito “Muito Bom” em todos os quesitos (Proposta do Programa; Corpo Docente, Teses e Dissertações; Produção Intelectual e Inserção Social) da ficha de avaliação e que atendam, necessariamente, a três condições:

- **Nota 6:** predomínio do conceito “Muito Bom” nos itens de todos os quesitos da ficha de avaliação, mesmo com eventual conceito “Bom” em alguns itens; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



DOCUMENTO DE ÁREA 2013

- **Nota 7:** conceito “Muito Bom” em todos os itens de todos os quesitos da ficha de avaliação; nível de desempenho (formação de doutores e produção intelectual) altamente diferenciado em relação aos demais programas da área; e desempenho equivalente ao dos centros internacionais de excelência na área (internacionalização e liderança).



Comissão de Área - Avaliação

Período de Avaliação: 2010 a 2012 **Etapa:** Avaliação Trienal 2013

Área de Avaliação: 45 - INTERDISCIPLINAR

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
ABRAHAM BENZAQUEN SICSU	UFPE	Consultor(a)
ACACIA ZENEIDA KUENZR	UFPR	Consultor(a)
ADELAIDE FALJONI ALARIO	UFABC	Coordenador(a) Adjunto(a)
ALFREDO MAURICIO BATISTA DE PAULA	UNIMONTES	Consultor(a)
AMANDO SIUTI ITO	USP/RP	Consultor(a)
ANA MARIA ALFONSO-GOLDFARB	PUC/SP	Consultor(a)
ANA PAULA CANEDO VALENTE	UFRJ	Consultor(a)
ANDREA VIEIRA ZANELLA	UFSC	Consultor(a)
ANDRE KARAM TRINDADE	IMED	Consultor(a)
ANDRE TOSI FURTADO	UNICAMP	Consultor(a)
ANGELA CARRANCHO DA SILVA	UERJ	Consultor(a)
ANGELA MARIA MAGOSSO TAKAYANAGUI	USP	Consultor(a)
ANGELA MARIA RIBEIRO	UFMG	Consultor(a)
ANSELMO EDUARDO DINIZ	UNICAMP	Consultor(a)
ANTONIO ALONSO	UFG	Consultor(a)
ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	UFS	Consultor(a)
ANTONIO-CARLOS GUIMARAES DE ALMEIDA	UFSJ	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA COSTA FILHO	USP	Consultor(a)
ANTONIO JOSE DA SILVA NETO	UERJ	Consultor(a)
ANTONIO WILSON FERREIRA MENEZES	UFBA	Consultor(a)
AUGUSTO CESAR NORONHA RODRIGUES GALEAO	LNCC	Consultor(a)
BENEDITO MEDRADO DANTAS	UFPE	Consultor(a)
BENEDITO SERGIO DENADAI	UNESP/RC	Consultor(a)
BRUNO PINHEIRO WANDERLEY REIS	UFMG	Consultor(a)
CAMILA COELHO GRECO	UNESP/RC	Consultor(a)
CARLOS CHESMAN DE ARAUJO FEITOSA	UFRN	Consultor(a)
CARLOS ROBERTO DE MELLO RIEDER	UFRGS	Consultor(a)
CARMEN SILVIA RIAL	UFSC	Consultor(a)
CAROLINA CAVALIERI GOMES	UFMG	Consultor(a)
CLAUDIA ANDREA LIMA CARDOSO	UEMS	Consultor(a)
CLEONICE FATIMA BRACCIALI	UNESP/SJRP	Consultor(a)
CONSUELO LATORRE FORTES DIAS	FUNED	Consultor(a)
CRISTINA MARIA ASSIS LOPES TAVARES DA MATA HERMIDA QUINTELLA	UFBA	Consultor(a)
DAVIDSON MARTINS MOREIRA	UFFS	Consultor(a)
DEISE LUCY OLIVEIRA MONTARDO	UFAM	Consultor(a)
EDUARDO WINTER	INPI	Coordenador(a) Adjunto(a) Mestrado Profissional
ELISEO BERNI REATEGUI	UFRGS	Consultor(a)
EVERTON RODRIGO SANTOS	FEEVALE	Consultor(a)
FATIMA GONCALVES CAVALCANTE	UVA	Consultor(a)
FERNANDO MARCOS DOS REIS	UFMG	Consultor(a)
FRANCIS HENRIQUE RAMOS FRANCA	UFRGS	Consultor(a)
FRANCIS LEE RIBEIRO	UFG	Consultor(a)

**Comissão de Área - Avaliação**

Comissão Responsável pela Avaliação:	Sigla IES	
GERALDO ROBERTO CARVALHO CERNICCHIARO	CBPF	Consultor(a)
GERMANO LAMBERT TORRES	UNIFEI	Consultor(a)
HELENILZA FERREIRA ALBUQUERQUE CUNHA	UNIFAP	Consultor(a)
HELIO DOS SANTOS MIGON	UFRJ	Consultor(a)
ISABELLA FERNANDES DELGADO	FIOCRUZ	Consultor(a)
JOAO EUSTAQUIO DE LIMA	UFV	Consultor(a)
JORGE LUIZ MARIANO DA SILVA	UFRN	Consultor(a)
JOSE ALDEMIR DE OLIVEIRA	UFAM	Consultor(a)
JOSE MARCUS DE OLIVEIRA GODOY	PUC-RIO	Consultor(a)
JOSE ROBERTO GOLDIM	UFRGS	Consultor(a)
JULIO ROBERTO GROPPA AQUINO	USP	Consultor(a)
LILIANA MARIA PASSERINO	UFRGS	Consultor(a)
LUCIA CATABRIGA	UFES	Consultor(a)
LUCIANA MARINO DO NASCIMENTO	UFAC	Consultor(a)
LUCIANO MENDES BEZERRA	UNB	Consultor(a)
LUCIENE LEHMKUHL	UFU	Consultor(a)
LUDMILA DE LIMA BRANDAO	UFMT	Consultor(a)
LUIZ ARMANDO CUNHA DE MARCO	UFMG	Consultor(a)
MARCELO ALBANO MORET SIMOES GONCALVES	CIMATEC	Consultor(a)
MARCELO DOMINGOS SAMPAIO CARNEIRO	UFMA	Consultor(a)
MARCELO JOSE BRAGA	UFV	Consultor(a)
MARCIO FRANCISCO COLOMBO	UNESP	Consultor(a)
MARIA APARECIDA DA CRUZ BRIDI	UFPR	Consultor(a)
MARIA DAS GRACAS DE SOUZA	USP	Consultor(a)
MARIA DE FATIMA MORETHY COUTO	UNICAMP	Consultor(a)
MARIA LUZENIRA DE SOUZA	UFAC	Consultor(a)
MARILDA APARECIDA DE MENEZES	UFABC	Consultor(a)
MARISE NOGUEIRA RAMOS	FIOCRUZ	Consultor(a)
MATILDE DE SOUZA	PUC/MG	Consultor(a)
MONICA WALLNER-KERSANACH	FURG	Consultor(a)
NAIR FERREIRA GURGEL DO AMARAL	UNIR	Consultor(a)
PAOLA ZUCCHI	UNIFESP	Consultor(a)
PAULO AUGUSTO BERQUO DE SAMPAIO	IEN	Consultor(a)
PAULO CESAR GONCALVES EGLER	UNB	Consultor(a)
PAULO DABDAB WAQUIL	UFRGS	Consultor(a)
PEDRO GERALDO PASCUTTI	UFRJ	Coordenador(a)
RAFAEL MEDEIROS SPERB	UNIVALI	Consultor(a)
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PACHECO	UFSC	Consultor(a)
ROBERTO VERAS DE OLIVEIRA	UFPB/J.P.	Consultor(a)
ROSA INES DE NOVAIS CORDEIRO	UFF	Consultor(a)
SANDRO MARCIO LIMA	UEMS	Consultor(a)
SUZANA LEITAO RUSSO	FUFSE	Consultor(a)
VINICIUS BERLENDIS DE FIGUEIREDO	UFPR	Consultor(a)